



MUNICÍPIO DE PENAFIEL

**Relatório de Gestão
2019**



INTRODUÇÃO

Nota Prévía

Em cumprimento do disposto no n.º 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório de Gestão, relativo ao ano de 2019. Dos conteúdos, objeto do Relatório de Gestão, destacam-se os dados relativos aos meios humanos, à situação financeira e patrimonial, informações sobre a execução das receitas e das despesas previstas no Orçamento de 2019. Foram elaborados quadros e gráficos por forma a evidenciar os dados indicados em cada capítulo e apresentados elementos relativos à execução de anos anteriores para enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal.

Em matéria de reporte financeiro das contas consolidadas, importa referir que o mesmo será efetuado em documento individualizado, intitulado “Prestação de Contas Consolidadas – Relatório de Gestão”, considerando o regime financeiro das autarquias locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), que estabelece no seu artigo 76.º, n.º 2, que os referidos documentos são elaborados e aprovados pelo órgão executivo e submetidos a apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquela a que respeitam.

O Relatório de Gestão deverá ser remetido ao Tribunal de Contas, em conformidade com o n.º 28 do Anexo I – Documentos de Prestação de Contas, da Resolução n.º 6/2013-2ª Secção, do Tribunal de Contas, publicada na II Série do Diário da República, de 21 de novembro de 2013 e, de acordo com a Resolução n.º 27/2009 de 14.12.2009, relativa à Prestação de Contas por via eletrónica.

Em matéria de realização de reuniões dos órgãos e de aprovação de contas, a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março - que consagrou medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus, procedendo à Ratificação dos efeitos do Decreto-Lei n.º 10 -A/2020, de 13 de março, e aprovou as medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS -CoV -2, agente causador da doença COVID -19, prevê que as entidades previstas nos n.ºs.1 e 2 do artigo 51.º da Lei n.º 97/98, de 26 de agosto, cuja aprovação de contas dependa de deliberação de um órgão colegial, possam remetê-las ao Tribunal de Contas até 30 de junho de 2020, em substituição do prazo referido no n.º 4 do artigo 52.º, sem prejuízo do disposto nos restantes números desse artigo.

Nestes termos, os prazos previstos no artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, em matéria de apreciação dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, são ajustados em conformidade com aquelas disposições.

O referencial contabilístico

O regime contabilístico legalmente aplicável à atividade autárquica determina a elaboração dos documentos de prestação de contas, dos quais deve fazer parte integrante o relatório de gestão, elaborado em harmonia com o estipulado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e em

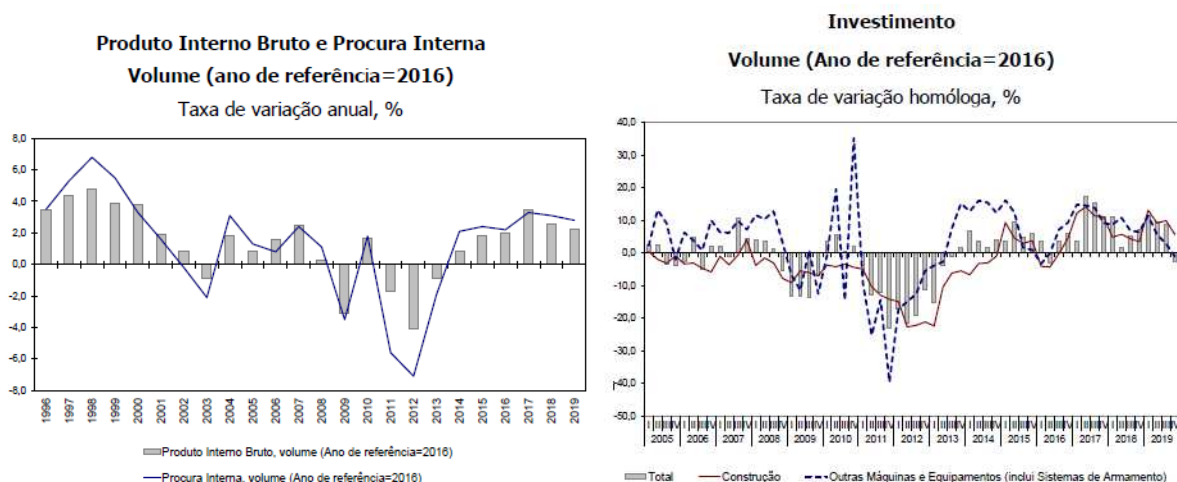


consonância com a alínea e) do nº 2 do artigo 64º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterado pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, conjugado com a Resolução do Tribunal de Contas nº4/2001- 2ª Secção, que aprovou as Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais.

A Lei do Orçamento do Estado para 2019 determinou que, no ano de 2019, as entidades integradas no Subsetor da Administração Local (SAL) aplicam o referencial contabilístico de 2018. A partir de 1 de janeiro de 2020, com vista a garantir a plena transição para o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o Município de Penafiel deverá assegurar as diligências necessárias com vista à adoção do SNC-AP, sem prejuízo de a respetiva prestação de contas relativa a 2019 obedecer às normas de contabilidade pública previstas no POCAL.

Enquadramento Macroeconómico

Em 2019, de acordo com os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 2,2% em termos reais, menos 0,4 p.p. que o crescimento observado em 2018. A procura externa líquida apresentou um contributo mais negativo (-0,6 p.p.) relativamente ao registado em 2018 (-0,4 p.p.), verificando-se uma desaceleração das Exportações de Bens e Serviços de 4,5% em 2018 para 3,7% em 2019 e das Importações de Bens e Serviços (de 5,7% em 2018 para 5,2%). O emprego, para o conjunto dos ramos de atividade, registou uma variação de 0,8% em 2019 (2,3% no ano anterior), tendo o emprego remunerado aumentado 1,7% (2,9% em 2018).



No 4º trimestre de 2019, o Investimento registou um decréscimo homólogo de 2,6%, em volume (crescimento de 8,6% no trimestre anterior). Esta evolução foi, em grande medida, determinada pelo comportamento da Variação de Existências, com um contributo para a variação homóloga do PIB de -0,7 p.p. (0,5 p.p. no 3º trimestre). Note-se que no 4º trimestre de 2018 o contributo da Variação de Existências tinha sido positivo (0,4 p.p.). A FBCF total passou de uma variação homóloga de 6,0% para 1,5%.

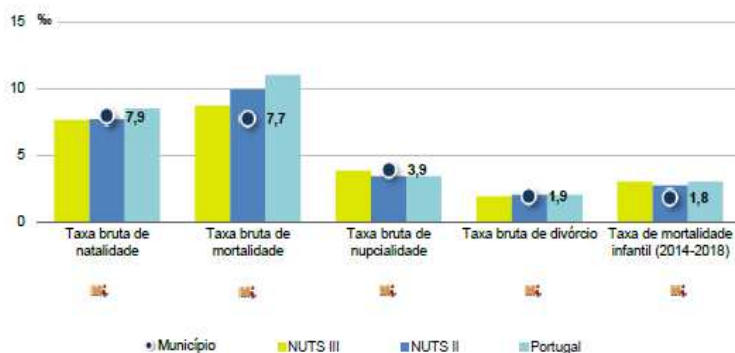
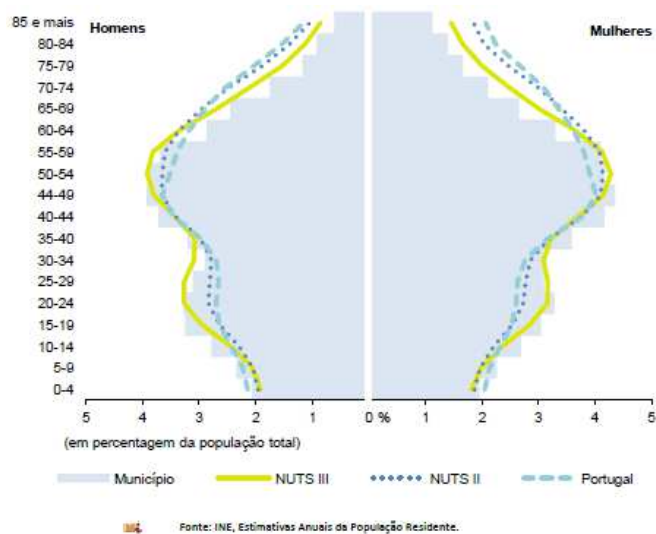


Caracterização socioeconómica do Município

Dados relativos à mais recente informação estatística personalizada, disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística:

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
População residente (N.º)	69 922	417 268	3 572 583	10 276 617	16,8
Homens	33 510	200 625	1 686 752	4 852 366	16,7
Mulheres	36 412	216 643	1 885 831	5 424 251	16,8
Com menos de 15 anos	9 884	55 614	458 203	1 407 566	17,7
Com 65 ou mais anos	11 087	70 113	731 189	2 244 225	15,8
Densidade pop. (N.º/Km²)	329,4	227,8	167,8	111,4	-
Taxa de crescimento efetivo anual (%)	-0,2	-0,4	-0,1	-0,1	-
Taxa de crescimento natural anual (%)	0,0	-0,1	-0,2	-0,3	-
Índice de Invelhecimento	112,4	126,1	159,6	159,4	-
Índice de Potencialidade	78,2	80,4	72,6	70,5	-

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente e Indicadores Demográficos; Ministério do Ambiente - Direção Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal.





Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas, 2018/2019

Mês	Município	NUTSIII	NUTSII	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
nov-19	9	91	1 008	3 442	9,9
out-19	17	124	1 279	4 166	13,7
set-19	17	105	1 098	3 403	16,2
ago-19	12	79	858	2 783	15,2
jul-19	20	126	1 254	3 946	15,9
jun-19	21	70	912	2 891	30,0
mai-19	15	116	1 272	4 126	12,9
abr-19	25	121	1 213	3 751	20,7
mar-19	29	158	1 439	4 360	18,4
fev-19	25	140	1 517	4 758	17,9
jan-19	41	231	2 147	6 559	17,7
dez-18	19	100	1 127	3 481	19,0
12 Meses	250	1 461	15 124	47 686	17,1

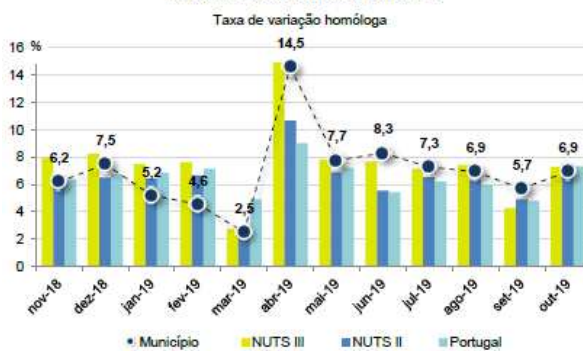
Fonte: INE, Constituição e Dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades equiparadas

Comércio Internacional, 2018

(milhares de euros)	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Saldo da balança comercial	47 959	988 614	5 324 485	- 17 557 399	-
Exportações de bens	163 467	1 692 782	22 635 061	57 806 517	9,7
Taxa de variação (2018/2017) (%)	2,4	-0,2	2,2	5,1	-
Importações de bens	115 508	704 169	17 310 576	75 363 815	16,4
Taxa de variação (2018/2017) (%)	2,9	4,4	4,4	8,1	-
Taxa de cobertura (%)	141,5	240,4	130,8	76,7	-

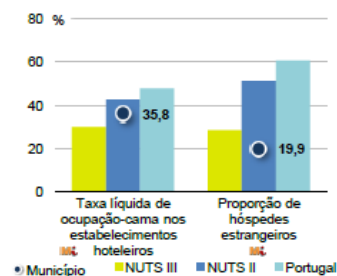
Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.
Nota: Dados definitivos de 2017 e 2018.

Levantamentos em caixas multibanco e compras em terminais de pagamento automáticos, 2018/2019



Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços (SIBS).

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Estabelecimentos hoteleiros (Nº)	14	112	1 438	6 888	12,5
Hotéis (Nº)	5	21	400	1 865	23,8
Capacidade de alojamento (Nº)	714	3 438	66 501	423 152	20,8
Hóspedes (Nº)	47 925	192 648	5 285 297	25 249 904	24,9
Dormidas (Nº)	87 772	338 937	9 778 017	67 662 103	25,9
Estada média	1,8	1,8	1,9	2,7	-
Proveitos(milhares €)	3 325	21 531	580 283	3 986 553	15,4





ATIVIDADES MUNICIPAIS

Nota Prévia

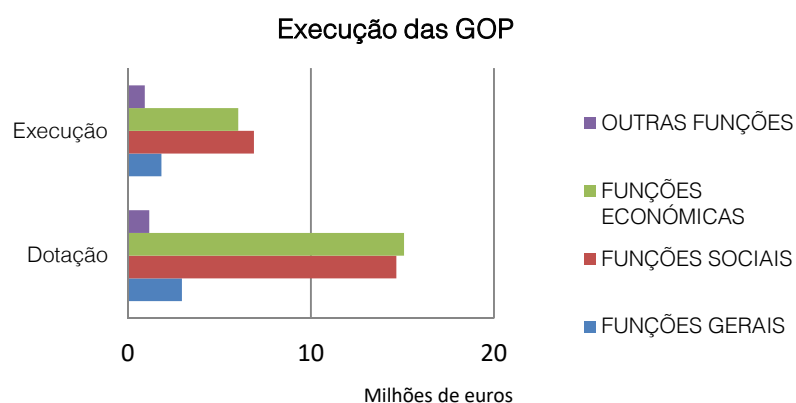
A elaboração do orçamento autárquico é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental, as Grandes Opções do Plano (GOP), que definem os objetivos estratégicos de desenvolvimento económico e social do município. As GOP incorporam estes objetivos que, por sua vez, se desdobram em programas, projetos e ações das intervenções setoriais. As GOP agregam as despesas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as despesas do Plano de Atividades Municipais (PAM).

O classificador funcional da despesa encontra-se incluído no diploma legal que aprovou o POCAL – Decreto-lei nº54A/2009, de 22 de fevereiro, o qual permite obter a informação sobre o esforço financeiro desenvolvido pelas autarquias, nas diversas áreas de intervenção, na prossecução das suas atribuições, nomeadamente: funções gerais (e.g. segurança e ordem públicas), sociais (e.g. educação, saúde, cultura e desporto, segurança e ação sociais), económicas (e.g. comércio e turismo, indústria e energia, e transportes e comunicações) e outras.

Investimento por objetivos

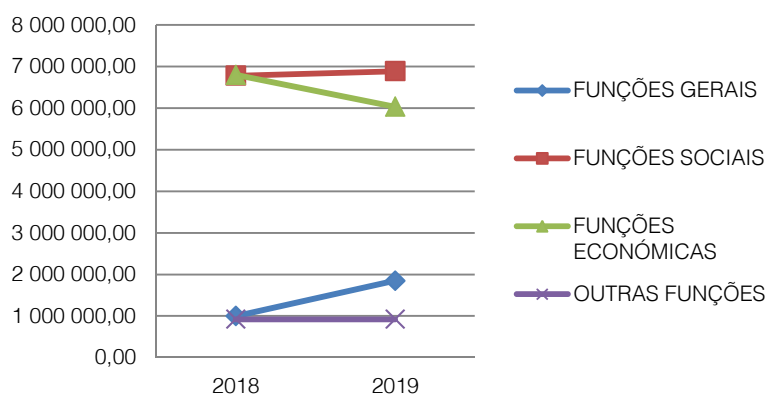
Em 2019, as prioridades do Município do Penafiel mantiveram-se fiéis às premissas e prioridades do orçamento aprovado, refletindo ainda opções e compromissos assumidos em exercícios anteriores que não podiam deixar de ser honrados.

Grandes Opções do Plano	Dotação	Montante executado	% Execução
FUNÇÕES GERAIS	2.955.755,32	1.846.309,15	62.46%
FUNÇÕES SOCIAIS	14.679.820,00	6.888.225,80	46.92%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	15.088.320,50	6.031.017,29	39.97%
OUTRAS FUNÇÕES	1.167.438,47	922.152,84	78.99%
Total	33.891.334,29	15.687.705,08	46.29%



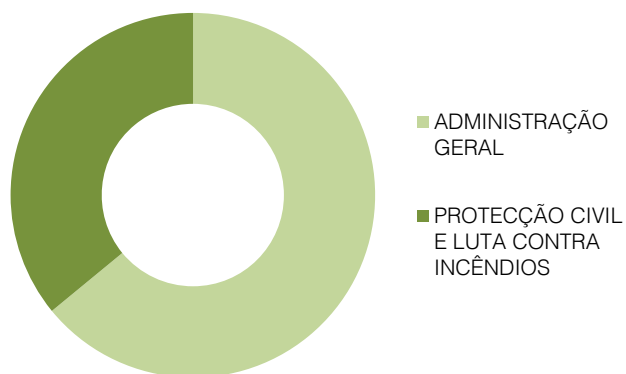


Evolução do peso das funções no biénio 2018/2019



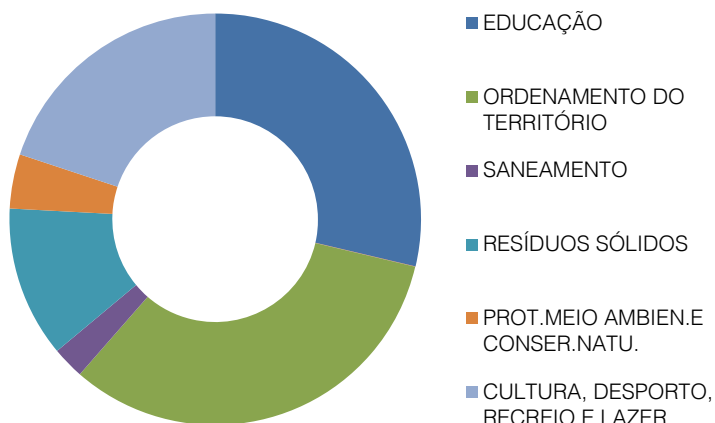
1. Funções Gerais

Nos domínios da administração geral e da protecção civil e luta contra incêndios:



2. Funções Sociais

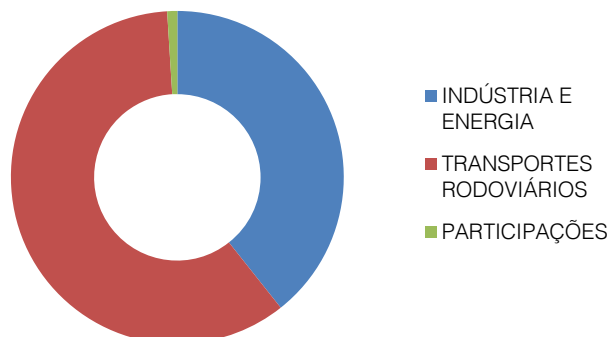
Nos domínios da educação, segurança e acção sociais, ordenamento do território, saneamento, resíduos sólidos, ambiente e conservação da natureza, desporto recreio e lazer:





3. Funções Económicas

Nos domínios da indústria e energia, transportes rodoviários e participações em capital:



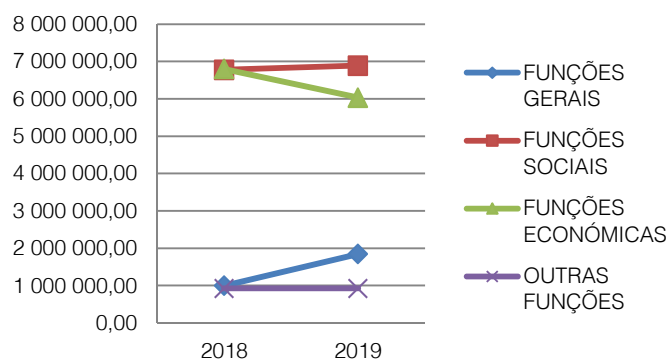
4. Outras Funções

No domínio das transferências entre administrações:



Evolução das Grandes Opções do Plano no biénio 2018/2019

Objectivo/Programa	2018	2019	Variação
FUNÇÕES GERAIS	996 994,17	1 846 309,15	85,19%
FUNÇÕES SOCIAIS	6 779 097,93	6 888 225,80	1,61%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	6 798 753,78	6 031 017,29	-11,29%
OUTRAS FUNÇÕES	922 152,84	922 152,84	0,00%
TOTAL	15 496 998,72	15 687 705,08	1,23%



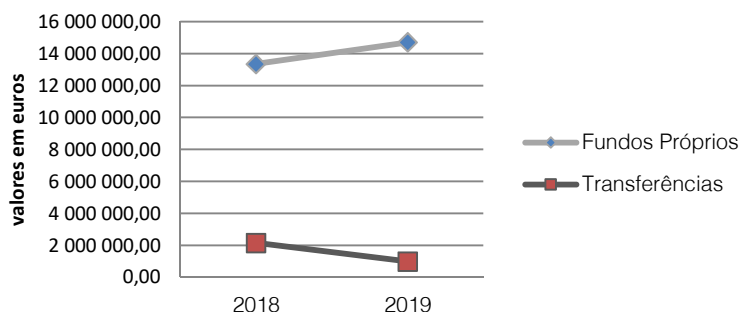


Fontes de financiamento das GOP

As fontes de financiamento das Grandes Opções do Plano de 2019, considerando os pagamentos realizados, foram conforme quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	TOTAL	PERCENTAGEM
Despesa total	15 687 705,08€	100,00%
Fundos Próprios	14 699 695,43€	93,70%
Transferências:	988 009,65€	6,3%
• Fundos comunitários	389 152,51€	
• Administração central	598 857,14€	

Evolução do Financiamento das GOP



ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

Recursos Humanos

Os Recursos Humanos são fundamentais para o prosseguimento da missão e dos objetivos de qualquer organização. A Gestão Estratégica dos Recursos Humanos, permite que uma organização alcance os seus objetivos, através do aumento da probabilidade de realização dos mesmos. Esta lógica de Gestão dos Recursos Humanos, revela-se como uma promessa explícita de eficácia organizacional, que pode ser alcançada pelo desenvolvimento do conjunto de práticas de RH internamente consistentes e adequadas aos contextos organizacionais.

Durante alguns anos de contracção em matéria de novos recrutamentos (de resto em linha com o panorama que se viveu no país motivado por anos de uma crise generalizada que levou a uma produção legislativa com fortes restrições) o ano de 2019 permitiu ao Município de Penafiel promover uma gradual recuperação de uma parte do número de postos de trabalho necessários à satisfação de necessidades permanentes dos serviços.

Tendo lançado procedimentos concursais para a carreira de Assistente Operacional em 2017 (actividades de Auxiliar de Serviços Gerais e Cozinheira) e apesar de em 2018 o Município ter preenchido 30 postos de trabalho para a actividade de Auxiliar de Serviços Gerais e 20 para a actividade de Cozinheira, foram detectadas novas necessidades para assegurar um funcionamento mais adequado e ajustado do serviço de refeições dos Jardins de Infância e dos Centros escolares,



Município de Penafiel

pelo que, recorrendo à reserva de recrutamento criada, foram admitidos mais trabalhadores para o preenchimento desses postos de trabalho.

O Município acolheu também situações de cedência de interesse público das duas empresas municipais pertencentes ao grupo municipal, PENAFIEL VERDE, E.M. e PENAFIEL ACTIVA, E.M., que envolveram um total de 19 trabalhadores, pertencentes a diferentes carreiras.

Foram ainda registadas ao longo de 2019 diversas situações de mobilidade entre órgãos ou serviços, tendo-se verificado cinco situações de consolidação em Mapa de Pessoal (quatro no Município de Penafiel e uma no Município do Porto).

Gestão dos Recursos Humanos na C.M. de Penafiel em 2019

No tocante às movimentações do Mapa de Pessoal da autarquia verificou-se a abertura de procedimento concursal para a admissão de:

1. Contratos de Trabalho por Tempo Indeterminado – CTTI

Relativamente ao movimento de entradas, verificou-se o seguinte durante o ano de 2019:

- 1 Director de Departamento Municipal (Comissão de Serviço ao abrigo do Decreto-Lei nº 6/2019);
- 1 Técnico Superior da área de actividade de Recursos Humanos (Consolidação de mobilidade entre órgãos);
- 1 Técnico Superior da área de actividade de Desporto e Educação Física (Cedência de interesse público);
- 1 Técnico Superior da área de actividade de Gestão de Desporto (Cedência de interesse público);
- 1 Técnico Superior da área de actividade de Psicologia (Cedência de interesse público);
- 1 Técnico Superior da área de actividade de Ensino Básico (Cedência de interesse público);
- 1 Técnico Superior da área de actividade de Serviço Social (Cedência de interesse público);
- 1 Técnico Superior da área de actividade de Veterinária (Mobilidade entre órgãos);
- 1 Técnico Superior da área de actividade Engenharia Electrotécnica (Regresso ao lugar de origem);
- 1 Assistente Técnico (Mobilidade entre órgãos);
- 1 Assistente Técnico (Regresso de Licença sem Remuneração);



- 3 Assistentes Operacionais para a área de actividade de Cantoneiro de Limpeza (Consolidação de mobilidade entre órgãos);
- 1 Assistente Operacional para a área de actividade de Cantoneiro de Limpeza (Regresso ao lugar de origem);
- 1 Assistente Operacional para a área de actividade de Motorista de Pesados (Regresso ao lugar de origem);
- 6 Assistentes Operacionais para a área de actividade de Auxiliar Administrativo (Cedência de interesse público);
- 6 Assistentes Operacionais para a área de actividade de Auxiliar de Serviços Gerais (Cedência de interesse público);
- 5 Assistentes Operacionais para a área de actividade de Cozinha (Novos recrutamentos);
- 1 Assistente Operacional para a área de actividade de Telefonista (Cedência de interesse público);
- 1 Assistente Operacional para a área de actividade de Fiel de Armazém (Cedência de interesse público);
- 2 Assistentes Operacionais para a área de actividade de Motorista de Pesados (Regresso de Licença sem Remuneração);
- 2 Assistentes Operacionais para a área de actividade de Cozinheiras (Regresso de Licença sem Remuneração);
- 1 Assistente Operacional para a área de actividade de Auxiliar de Serviços Gerais (Regresso de Licença sem Remuneração).

2. Saídas de efectivos

No tocante a saídas de efectivos, registaram-se em 2019 as saídas de um total de 14 trabalhadores pertencentes ao Mapa de Pessoal:

- 6 por aposentação (1 por limite de idade);
- 5 Mobilidade interna entre órgãos ou serviços (1 consolidada);
- 2 por falecimento.

Verificaram-se, ainda, as seguintes movimentações relativas a licenças sem remuneração, previstas no artº 280ª da Lei nº 35/2014, de 20 de Junho.

- 4 Licenças sem Remuneração.



3. Outras situações – Mapa de Pessoal

- 1 situação de Estatuto de Bolseiro de Investigação iniciada em 2018;
- 1 situação de consolidação definitiva em outros organismos;
- 1 situação de licença de parentalidade por filho com deficiência, nos termos do artº 53º, nº 1, do Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº 7/2009, na sua actual redacção (continuação da licença iniciada em 2017).

4. Comissão de Serviço

Foram renovadas em 2019 duas comissões de serviço das seguintes unidades orgânicas, com a produção de efeitos a partir das datas abaixo discriminadas:

- Director do Departamento de Obras Municipais e Ambiente, a partir de 9 de Dezembro de 2019;
- Chefe da Divisão de Recursos Humanos, a partir de 1 de Setembro de 2019.

5. Formação Profissional

A componente da formação continuou a ser encarada em 2019 como uma vertente de importância capital para o desenvolvimento e crescimento profissional dos trabalhadores do município.

Em matéria de formação profissional, como meio e garantia de reforço das competências de trabalho dos trabalhadores ao serviço do município, no ano de 2019 estiveram envolvidos um total 34 funcionários da autarquia, num universo de 36 acções de formação, a que correspondem 943h30m de formação.

RELATÓRIO FINANCEIRO

Análise Patrimonial

Na sequência dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da implementação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC-AP) e consequentes tarefas de reclassificação de todos os registos do património existentes; tendo ainda em conta as reservas do auditor relativas ao processo de levantamento e registo e a detecção de um conjunto de bens patrimoniais cujos critérios de reconhecimento não se verificam de acordo com as Normas de Contabilidade Pública, mostraram-se necessárias correcções significativas no cadastro e inventário de bens da autarquia com vista a obter uma imagem mais verdadeira e apropriada do balanço de abertura, uma informação que seja um espelho da realidade contabilística.



Assim, procedeu-se ao registo dos ajustamentos, iniciados no exercício de 2017, com reflexo ainda no exercício de 2019, face ao último Balanço de 2018, através do abate de bens e regularização de amortizações, de forma a constituir o Balanço de fecho do ano de 2019.

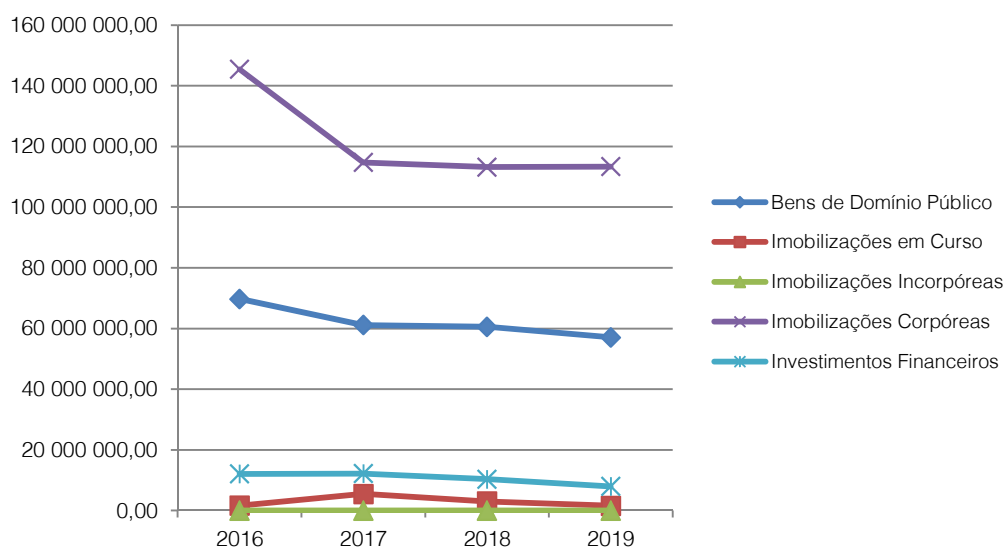
Estrutura dos activos

O Activo Líquido a 31 de Dezembro de 2019, deduzido das amortizações, atingiu os 180 milhões de euros (incluídos os Acréscimos e Diferimentos), representando uma variação negativa de cerca de -7,2 milhões de euros, face ao exercício de 2018, conjugada com a redução das rubricas de investimentos financeiros em -2,4 milhões de euros e a diminuição dos bens de domínio público, em -3,5 milhões de euros, bem como das imobilizações em curso, na ordem dos -1,5 milhões de euros.

Os mapas e gráficos seguintes apresentam, em síntese, a estrutura dos activos municipais e sua variação face a exercícios anteriores.

Imobilizado	2016	2017	2018	2019	Variação homóloga	
					Valor	%
Bens de Domínio Público	69 759 482,10	61 123 372,10	60 585 780,90	57 076 346,98	-3 509 433,92	-5,79%
Imobilizações em Curso	1 621 842,10	5 471 605,83	3 036 533,30	1 571 211,42	-1 465 321,88	-48,26%
Imobilizações Incorpóreas	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	0,00	0,00%
Imobilizações Corpóreas	145 448 516,32	114 740 146,12	113 189 533,58	113 345 936,44	156 402,86	0,14%
Investimentos Financeiros	12 092 711,29	12 211 203,75	10 356 659,07	7 999 222,06	-2 357 437,01	-22,76%
TOTAL	228 952 551,81	193 576 327,80	187 198 506,85	180 022 716,90	-7 175 789,95	-3,83%

Evolução do Imobilizado





1. Investimentos Financeiros

Partes de Capital

Nome	Sede	Natureza	Participação em 31/12/2018		Participação em 31/12/2019	
			%	Valor	%	Valor
PENAFIEL VERDE EM	Penafiel	EM	100	6,000,000.00	100	6,000,000.00
PENAFIEL ACTIVA EM	Penafiel	EM	100	50,000.00	100	50,000.00
AMBISOUZA-EMPRESA INTERMUNICIPAL DE TRATAMENTO E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, EIM	Lousada	EIM	1,666	25,000.00	1,666	25,000.00
SIMDOURO - SANEAMENTO DO GRANDE PORTO, S.A.	V.N.Gaia	S.A.	2,70	620,945.00	2,70	620,945.00
CARNAGRI - MATADOURO REGIONAL VALE SOUSA E BAIXO TÂMEGA, S.A.	Penafiel	SA	2,13	139,852.95	2,13	139,852.95
TUREL - TURISMO CULTURAL E RELIGIOSO ⁽¹⁾	Braga	CRL		5,000.00		5,000.00
DOLMEN - COOPERATIVA DE FORMAÇÃO EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO BAIXO TÂMEGA	Marco de Canaveses	CRL		1,250.00		1,250.00
INCUBADORA DO VALE DO SOUSA	Penafiel	ASS		100,000.00		100,000.00

(1) A cooperativa encontra-se em processo de liquidação. Segundo informação do administrador de insolvência, nenhum dos cooperantes receberá qualquer valor, uma vez que o valor do activo é inferior ao do passivo. Prevemos que a regularização contabilística do investimento financeiro que ainda se encontra refletido nas contas do Município de Penafiel seja efectuada no exercício de 2020.

Outras participações

Nome	Sede	Natureza	Participação em 31/12/2018		Participação em 31/12/2019	
			%	Valor	%	Valor
Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM do Tâmega e Sousa)	Penafiel	AM	9,09	-	9,09	-
AMVS - Associação de Municípios do Vale do Sousa	Penafiel	AM	16,67	-	16,67	-

2. Obrigações e Títulos de Participação

O regime de recuperação financeira municipal tem em conta as especificidades de cada município e baseia-se no princípio de repartição do esforço entre os municípios, os seus credores e o Estado e na prevalência de soluções encontradas por mútuo acordo entre o município, os credores municipais e o FAM (Fundo de Apoio Municipal). O n.º 1 do artigo 17.º do RJRFM, estipula que o capital social do FAM é de €650.000.000, sendo que o n.º 2 dispõe que a contribuição dos municípios é de 50% desse valor, ou seja, €325.000.000. No n.º 3 do supra mencionado artigo estava prevista a fórmula de cálculo para apurar, com base na contribuição global dos municípios, o montante imputável a cada um deles. No caso do Município de Penafiel, o valor era de 1.625.267,09€.



O regime de recuperação financeira municipal tem em conta as especificidades de cada município e baseia-se no princípio de repartição do esforço entre os municípios, os seus credores e o Estado e na prevalência de soluções encontradas por mútuo acordo entre o município, os credores municipais e o FAM (Fundo de Apoio Municipal). O n.º 1 do artigo 17.º do RJRFM, estipula que o capital social do FAM é de €650.000.000, sendo que o n.º 2 dispõe que a contribuição dos municípios é de 50% desse valor, ou seja, €325.000.000. No n.º 3 do supra mencionado artigo estava prevista a fórmula de cálculo para apurar, com base na contribuição global dos municípios, o montante imputável a cada um deles. No caso do Município de Penafiel, o valor era de 1.625.267,09€.

Com entrada em vigor do Orçamento de Estado para 2018, foi alterado o artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, através da qual a subscrição do capital social do FAM foi modificada por redução dos montantes anuais a realizar pelo Município de Penafiel. Como tal, tornou-se necessário promover o acerto dos registos contabilísticos.

Nome	Participação em 31/12/2018		Capital Realizado até 31/12/2019
	%	Valor	Valor
Fundo de Apoio Municipal	100	1.044.814,50	1.044.814,50

Através desta alteração, nos anos de 2018 a 2021, o valor das prestações anuais a realizar pelo município será reduzido de 25% a 100%, sendo o valor e a distribuição do capital social ajustados em conformidade.

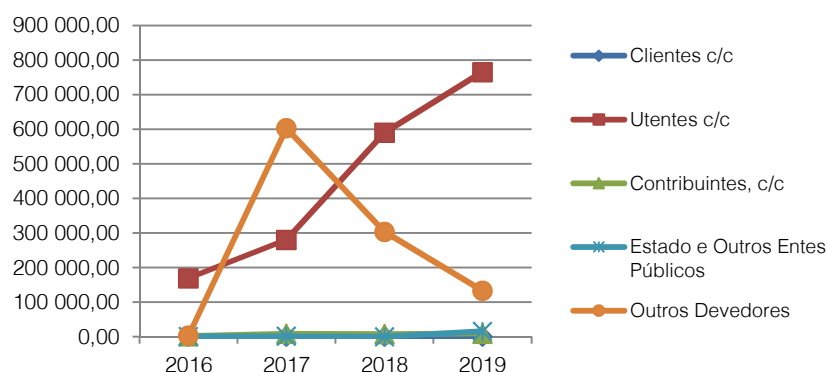
3. Dívida de Terceiros

Verificou-se um ligeiro crescimento da dívida de terceiros, na ordem dos 2,5%, em comparação com igual período do exercício anterior. Os valores apresentados resultam essencialmente de valores em dívida referentes a protocolos de execução de obras de investimento, no valor de 125.567,03 euros, facturação relativa a Resíduos Sólidos Urbanos, no montante de 386.386,24 euros, e Rendas e Alugueres, no valor de 370.860,44 euros.

Dívidas de Terceiros	2016	2017	2018	2019	Variação	
					Valor	%
Clientes c/c	324,85	314,92	314,92	325,21	10,29	3,27%
Utentes c/c	169 142,35	280 364,05	589 668,16 ⁽¹⁾	765 095,56 ⁽¹⁾	175 427,40	29,75%
Contribuintes, c/c	1 741,28	8 640,75	7 636,42	9 319,02	1 682,60	22,03%
Estado e Outros Entes Públicos	776,25	1 137,35	0,00	15 746,87	15 746,87	
Outros Devedores	3 376,32	602 806,12	303 346,41	133 408,73	-169 937,68	-56,02%
Total	175 361,05	893 263,19	900 965,91	923 895,39	22 929,48	2,54%



Evolução das dívidas de terceiros



4. Disponibilidades

Face a 2018, o saldo de disponibilidades registou um decréscimo de 77.542,54 euros, fixando-se em 927.152,31 euros. Deste total, 773 729,45 euros são referentes a operações de tesouraria, 153 422,86 euros dizem respeito ao saldo das operações orçamentais.

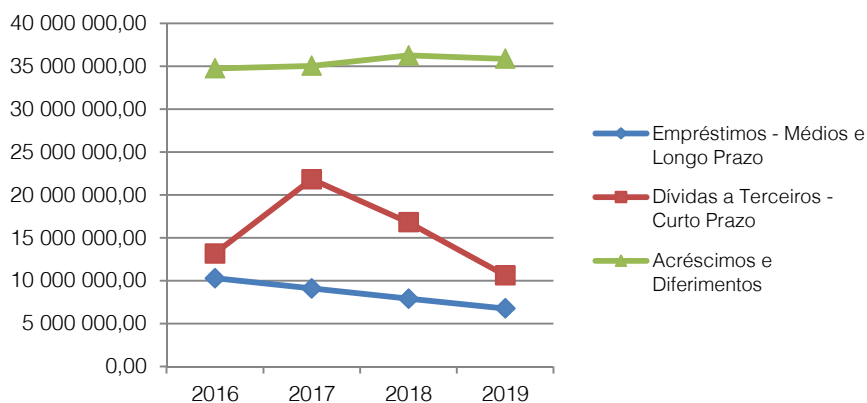
5. Acréscimo de proveitos

Procedemos à especialização de proveitos recebidos em janeiro de 2020 mas cujo reconhecimento contabilístico diz respeito ao exercício de 2019. Estas operações, que totalizaram o montante de 1.590.163,06 euros, são referentes ao apuramento de dezembro de Impostos Directos - Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Único de Circulação, Imposto Municipal sobre Transacções Onerosas de Imóveis e Derrama, bem como da renda de concessão à EDP respeitante ao 4.º trimestre de 2019.

Estrutura do Passivo

O passivo da autarquia diminui significativamente pelo terceiro exercício consecutivo. No exercício de 2019, o total do passivo apresentou uma redução na ordem dos 7,7 milhões de euros, em relação ao exercício de 2018, representando um decréscimo de 12,68%.

Evolução das rubricas do passivo





As dívidas de curto prazo a terceiros representam 19,96% do total do passivo, uma diminuição de 7% em comparação com o exercício anterior. Os empréstimos de médio e longo prazo equivalem a 12,69%.

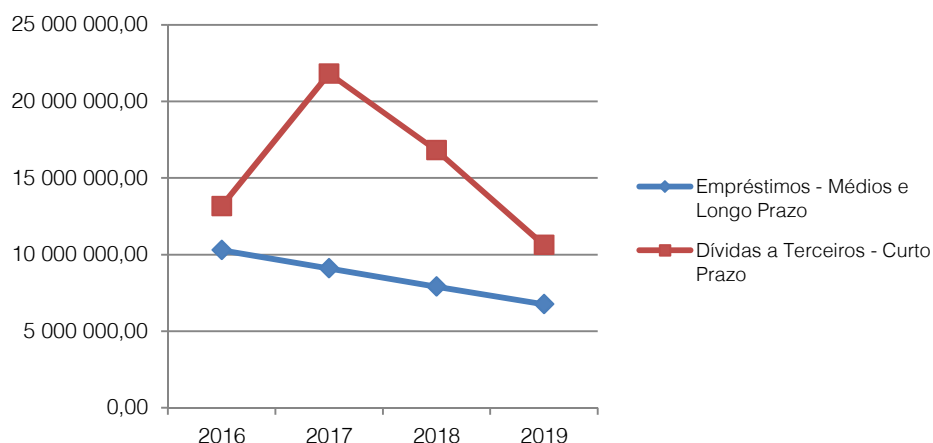
Passivo	2016	2017	2018	2019	Variação	
					Valor	%
Empréstimos - Médios e Longo Prazo	10 291 290,78	9 098 958,10	7 910 220,36	6 758 818,20	-1 151 402,16	-14,56%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	13 162 866,24	21 813 823,62	16 807 581,82	10 628 644,86	-6 178 936,96	-36,76%
Acréscimos e Diferimentos	34 744 151,23	35 034 359,38	36 257 966,36	35 858 929,02	- 399 037,34	-1,10%
Total	58 198 308,25	65 947 141,10	60 975 768,54	53 246 392,08	- 7 729 376,46	-12,68%

A rubrica de Acréscimos de Diferimentos ocupa a maior fatia, 67,35%, respeitantes à contabilização de subsídios ou transferências para investimentos associados a ativos amortizáveis, susceptíveis de serem amortizados em mais do que um ano, e incluem-se na conta 2745 – Subsídios para investimentos da classificação patrimonial do POCAL. Os subsídios para investimentos associados a activos assumem especial relevo na componente de prestação de contas, sendo a sua contabilização como proveito diferido fundamental para o apuramento da situação real do Balanço e da Demonstração de Resultados da entidade.

Na verdade, e uma vez que os investimentos não são suportados na totalidade pela autarquia local, dado serem co-financiados através de fundos, nacionais e/ou comunitários, o custo da sua depreciação deverá ser corrigido ao longo do tempo. Assim, anualmente, tal correcção deve ser transferida numa base sistemática para a conta 7983 “Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários – Transferências de capital”, à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, na proporção do co-financiamento.

1. Evolução das dívidas a terceiros

O total das dívidas a terceiros diminuiu 30%, em comparação com o exercício de 2018. Nos dois últimos exercícios, entre 2017 e 2019, a dívida da autarquia reduziu cerca de 44%.

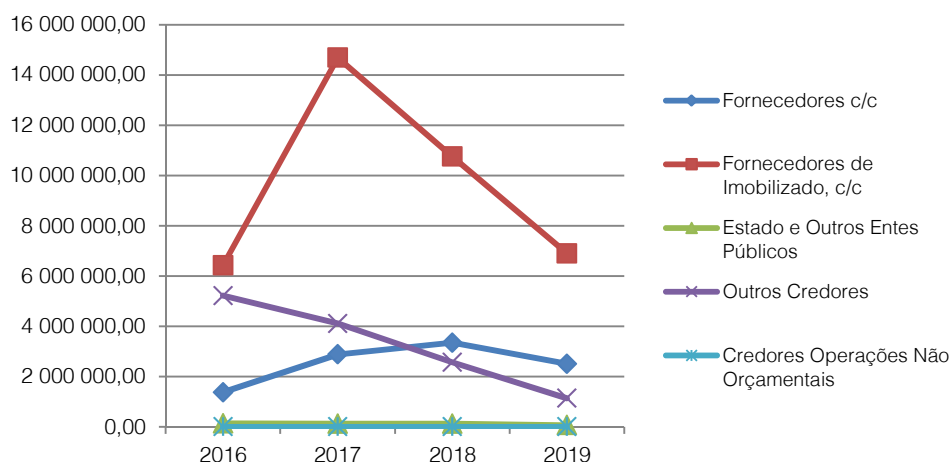




O valor da dívida a terceiros de curto prazo desceu em todas as rubricas, **uma redução de cerca de 6,2 milhões euros (-36,76%)** face ao exercício de 2018. Comparando os dois últimos exercícios, entre 2017 e 2019, registou-se uma diminuição de 51%. O montante total da dívida a terceiros de curto prazo, 10,6 milhões de euros, é o mais baixo dos últimos 15 anos.

Dívidas a Terceiros curto prazo	2016	2017	2018	2019	Variação	
					Valor	%
Fornecedores c/c	1 374 136,61	2 883 087,77	3 351 656,75	2 509 183,44	-842 473,31	-25,14%
Fornecedores de Imobilizado, c/c	6 424 807,55	14 685 887,52	10 756 269,46	6 899 302,42	- 3 856 967,04	-35,86%
Estado e Outros Entes Públicos	139 081,04	127 815,17	126 989,96	70 466,89	- 56 523,07	-44,51%
Outros Credores	5 218 246,72	4 110 438,84	2 566 071,33	1 143 097,79	- 1 422 973,54	-55,45%
Outros Credores de Operações Não Orçamentais	6 594,32	6 594,32	6 594,32	6 594,32	0,00	0,00%
Total	13 162 866,24	21 813 823,62	16 807 581,82	10 628 644,86	- 6 178 936,96	36,76%

Evolução das dívidas a terceiros de curto prazo



Os empréstimos de médio e longo prazo representam, no final de 2019, a 6,7 milhões de euros, **registando um redução de 1,1 milhões de euros face ao ano anterior (-14,56%)**. Esta redução resulta do pagamento do serviço da dívida de empréstimos contraídos em anos anteriores.

Dívidas a Terceiros médio/longo prazo	2016	2017	2018	2019	Variação	
					Valor	%
Empréstimos bancários	10 291 290,78	9 098 958,10	7 910 220,36	6 758 818,20	- 1 151 402,16	-14,56
Total	10 291 290,78	9 098 958,10	7 910 220,36	6 758 818,20	- 1 151 402,16	-14,56



2. Pagamentos em atraso

No exercício de 2019, de acordo com o n.º 1 do artigo 89.º da Lei n.º 71/2018, de 31/12 (Lei do Orçamento do Estado para 2019), o Município de Penafiel deveria reduzir no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, no valor de 1.532.560,49 euros, registados no SIIAL à data de 30 de setembro de 2018, no montante de 15.325.604,93 euros. Na sequência do apuramento referente ao exercício em análise, **os pagamentos em atraso registados a 31 de dezembro de 2019 reduziram-se em cerca de 60%**, fixando-se nos 6.181.935,25 euros, uma redução de 9.143.669,68 euros em relação ao período de referência, cumprindo-se assim, por larga margem, a imposição legal.

Até ao final de 2020, o Município de Penafiel deverá reduzir no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, no valor de 898.002,31 euros, registados no SIIAL à data de 30 de setembro de 2019, no montante de 8.980.023,16 euros.

3. Endividamento Municipal e Limite da dívida total

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) o limite da dívida total para cada município é apurado do seguinte modo: "A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores".

Cálculo do limite da dívida total para 2019

Limite	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent.Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais, capital excecionado e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
45.783.368	01/01/2019						
	24.717.802	84.233	24.802.035	24.024.968		21.758.400	4.351.680
	31/12/2019						
	17.387.463	92.210	17.479.674	16.647.899		29.135.469	5.827.094
Variação da Dívida %							-30,71%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por Utilizar							11.728.749

Verificando-se o cumprimento dos limites de endividamento previstos para o Município de Penafiel, de acordo com o n.º 6 do artigo 88.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2019), o município está excluído das obrigações no âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual, uma vez que, a 31 de dezembro de 2018, cumpria as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à



DGAL e os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

Assim, está dispensado do envio do mapa dos fundos disponíveis através do Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) da DGAL, mantendo -se a obrigatoriedade de reporte dos pagamentos em atraso. De acordo com o n.º 7 do artigo 88.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, a aferição da exclusão a que se refere o número anterior é da responsabilidade das autarquias locais, produzindo efeitos após a aprovação dos documentos de prestação de contas e a partir da data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites.

De notar que o limite apresentado é o global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que para os Municípios cujo valor da dívida total a 31 de dezembro seja inferior ao valor aqui apurado a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, "só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios".

Demonstração de Resultados

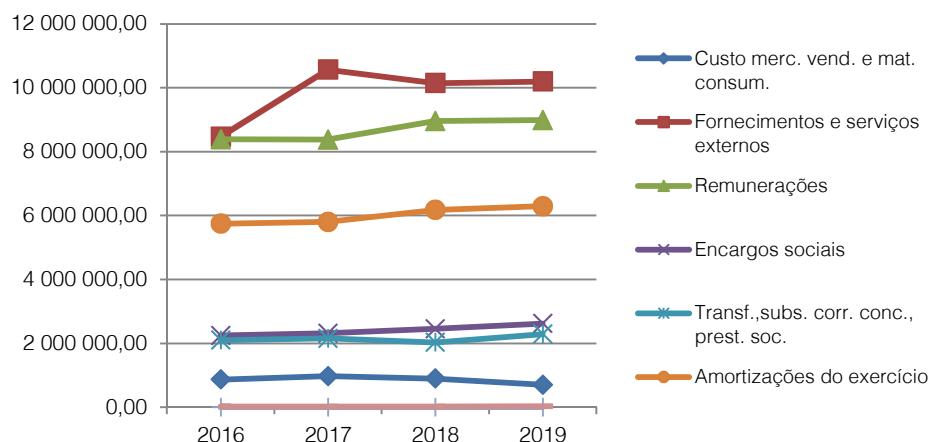
1. Resultados Operacionais

É o resultado gerado pela actividade municipal, sendo apurado pela diferença entre os Proveitos Operacionais (vendas, prestação de serviços, transferências obtidas, outros proveitos operacionais) e os Custos Operacionais (compras, salários e encargos, custos gerais, transferências efectuadas e amortização do imobilizado).

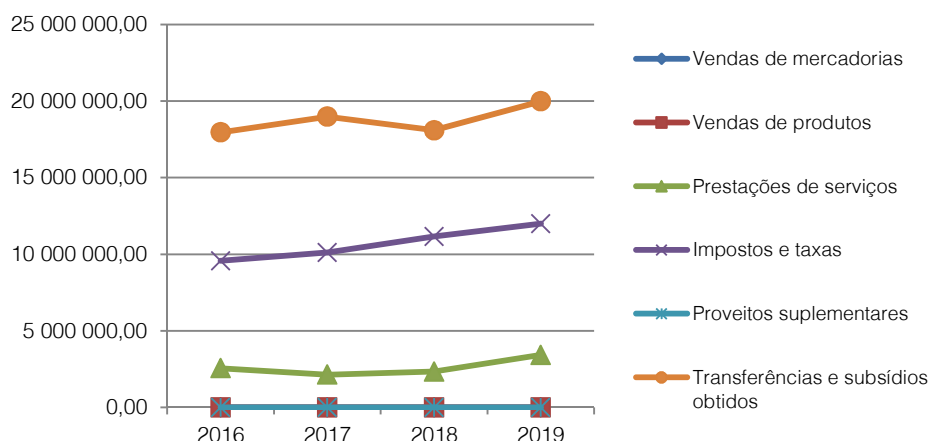
Resultados Operacionais	2016	2017	2018	2019	Variação	
					Valor	%
Custo merc. vend. e mat. consum.	867 077,96	972 365,00	894 960,70	698 471,34	-196 489,36	-21,96%
Fornecimentos e serviços externos	8 467 203,23	10 567 498,84	10 146 023,36	10 197 897,10	51 873,74	0,51%
Remunerações	8 385 293,73	8 378 524,69	8 957 607,25	8 990 294,31	32 687,06	0,36%
Encargos sociais	2 244 185,66	2 315 770,01	2 452 572,62	2 621 279,85	168 707,23	6,88%
Transf.,subs. corr. conc., prest. soc.	2 097 529,07	2 152 483,35	2 029 483,71	2 288 625,06	259 141,35	12,77%
Amortizações do exercício	5 744 485,80	5 801 576,13	6 175 944,06	6 293 722,17	117 778,11	1,91%
Outros custos e perdas operacionais	25 401,69	17 419,84	20 862,06	28 298,59	7 436,53	35,65%
Total dos Custos	27 831 177,14	30 205 637,86	30 677 453,76	31 118 588,42	441 134,66	1,44%
Vendas de mercadorias	31,88	15,15	46,40	32,69	-13,71	-29,55%
Prestações de serviços	2 562 493,18	2 145 329,71	2 340 146,52	3 430 781,95	1 090 635,43	46,61%
Impostos e taxas	9 567 263,81	10 108 816,03	11 154 648,64	11 994 420,83	839 772,19	7,53%
Transferências e subsídios obtidos	17 961 596,27	18 984 348,54	18 095 163,96	19 986 160,67	1 890 996,71	10,45%
Total dos Proveitos	30 091 385,14	31 238 509,43	31 590 005,52	35 411 396,14	3 821 390,62	12,10%
Resultados Operacionais	2 260 208,00	1 032 871,57	912 551,76	4 292 807,72	3 380 255,96	370,42%



Evolução de Custos Operacionais



Evolução de Proveitos Operacionais



2. Resultados Financeiros

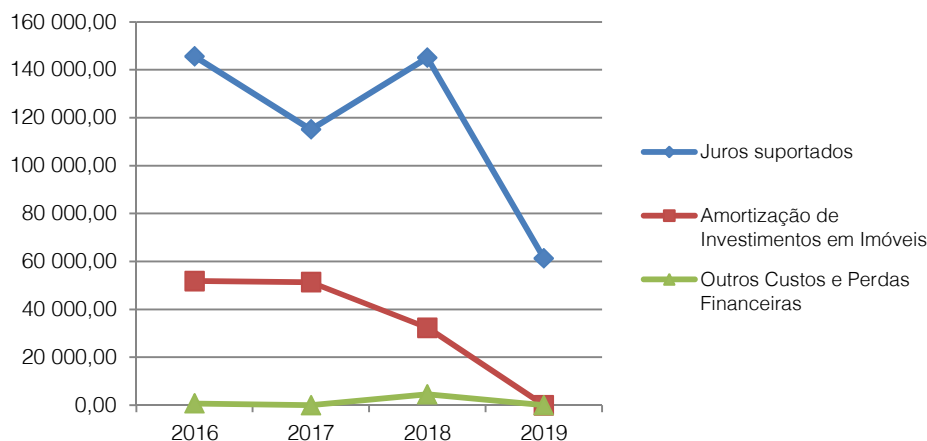
O Resultado Financeiro é apurado pela diferença entre Custos e Perdas e Proveitos e Ganhos, ambos de natureza essencialmente financeira (juros suportados e obtidos, ganhos e perdas em amortizações e rendimentos de imóveis).

Resultados Financeiros	2016	2017	2018	2019	Variação	
					Valor	%
Juros suportados	145 593,27	115 071,37	145 023,19	61 340,52	83 682,67	-57,70%
Amortização de Investimentos em Imóveis	51 804,50	51 381,26	32 293,66	0,00	-32 293,66	-100,00%
Outros Custos e Perdas Financeiras	741,90	0,00	4 500,00	0,00	-4 500,00	-100,00%
Total Custos e Perdas	198 139,67	166 452,63	181 816,85	61 340,52	-120 476,33	-66,26%
Rendimentos de Imóveis	1 290 149,79	1 303 482,05	1 312 523,15	1 336 551,65	24 028,50	1,83%
Rendimentos de Participação de Capital	0,00	0,00	1 315,04	0,00	- 1 315,04	-100,00%
Total Proveitos e Ganhos	1 290 149,79	1 303 482,05	1 313 838,19	1 336 551,65	22 713,46	1,73%
Resultados Financeiros	1 092 010,12	1 137 029,42	1 132 021,34	1 275 211,13	143 189,79	12,65%



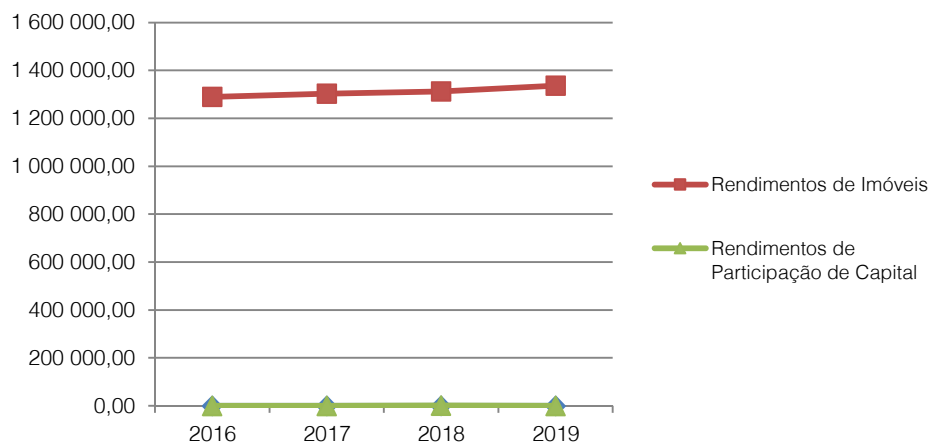
Nos Encargos Financeiros incluem-se todos os juros e custos de carácter financeiro suportados, sejam de dívida bancária sejam de dívida comercial.

Evolução de Custos Financeiros



A conta “rendimentos de imóveis” engloba exploração dos parques eólicos da Boneca, Boneca II, Sebolido, Torrão, a contrapartida pela instalação de parte das barragens de Crestuma e Torrão em território do Município, contrapartida pela produção relativa aos centros electroprodutores e a renda de concessão à EDP.

Evolução de Proveitos Financeiros



3. Resultados Extraordinários

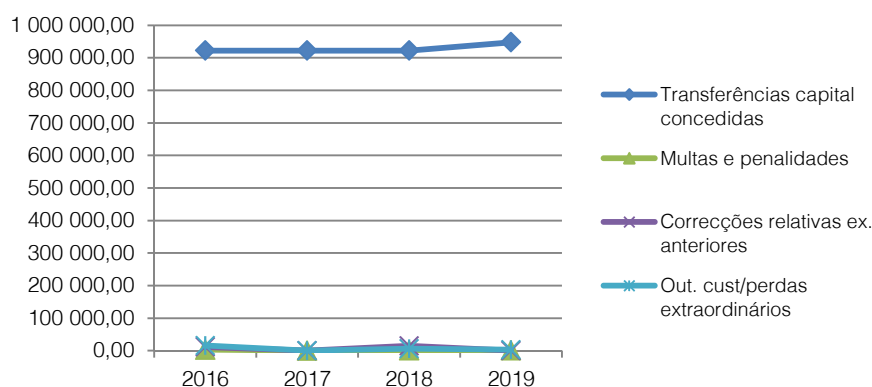
Diferença apurada entre “custos e perdas” e “proveitos e ganhos”, com respeito a operações meramente ocasionais ou eventuais. As transferências de capital foram consideradas individualmente enquanto um dos segmentos destes custos.



Resultados Extraordinários	2016	2017	2018	2019	Variação	
					Valor	%
Transferências capital concedidas	922 152,84	922 152,84	922 152,84	947 819,14	25 666,30	2,78%
Multas e penalidades	3 157,42	0,00	1 292,50	1 196,40	-96,10	- 7,44%
Correcções relativas ex. anteriores	11 568,58	86,57	14 879,61	48,66	-14 830,95	-99,67%
Out. cust/perdas extraordinários	15 777,03	0,00	6 120,00	3 174,75	-2 945,25	-48,13%
Total Custos e Perdas	1 044 080,76	1 404 734,58	944 444,95	952 238,95	7 794,00	0,83%
Ganhos em imobilizações	607 343,00	1 000,00	619 476,99	369 554,99	-249 922,00	-40,34%
Benefícios penalidades contratuais	83 596,09	227 433,11	50 199,20	34 219,88	-15 979,32	-31,83%
Outros prov/ganhos extraordinários	891 414,72	900 907,88	855 601,31	933 889,49	78 288,18	9,15%
Outros	63 080,77	27 153,71	135 048,71	236 025,60	100 976,89	74,77%
Total Proveitos e Ganhos	1 684 906,10	1 156 494,70	1 660 326,21	1 573 690,06	-86 636,15	-5,22%
Resultados Extraordinários	640 825,34	-248 239,88	715 881,26	621 451,11	- 94 430,15	-13,19%

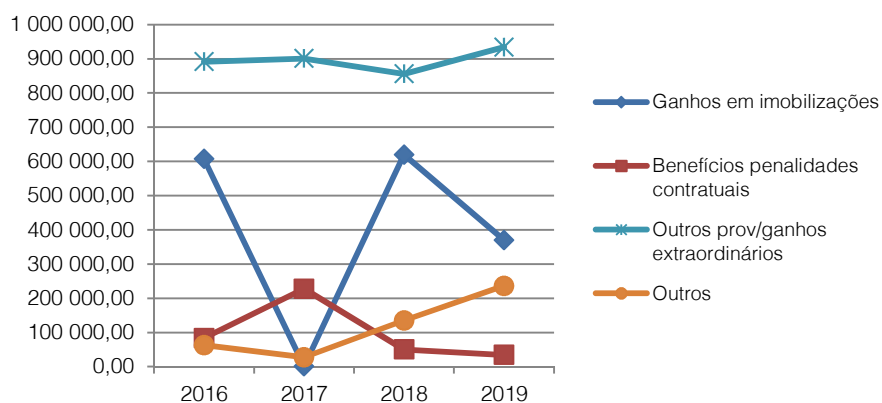
Nos movimentos do exercício de 2019, o montante de custos e perdas extraordinários resulta fundamentalmente da transferência de capital para as freguesias respeitantes aos acordos de execução no âmbito da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.

Evolução de Custos Extraordinários



Nos proveitos e ganhos, destaque para especialização de subsídios ao investimento, a alienação de imobilizações corpóreas e a venda de imóveis municipais.

Evolução de Proveitos Extraordinários



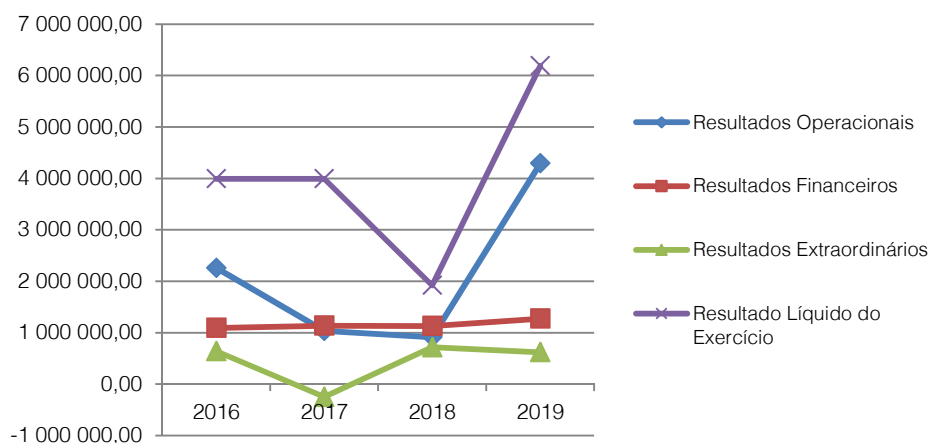


Resultado Líquido do Exercício

Da conjugação dos proveitos gerados com os custos alcançados resultou um resultado positivo de 6.189.469,96 euros no exercício de 2019.

Demonstração de Resultados	2016	2017	2018	2019	Variação	
					Valor	%
Resultados Operacionais	2 260 208,00	1 032 871,57	912 551,76	4 292 807,72	3 380 255,96	370,24%
Resultados Financeiros	1 092 010,12	1 137 029,42	1 132 021,34	1 275 211,13	143 189,79	12,65%
Resultados Extraordinários	640 825,34	-248 239,88	715 881,26	621 451,11	-94 430,15	- 13,19%
Resultado Líquido	3 993 043,46	1 921 661,11	2 760 454,36	6 189 469,96	3 429 015,60	124,22%

Evolução do Resultado Líquido



Proposta de aplicação dos resultados

Em 2019 o Resultado Líquido do Exercício (RLE) apurado foi de **6.189.469,96 euros**. Deste montante, 5% do valor de RLE, no total de 309.473,50 euros, será transferido para reservas legais, nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL. Para a conta de património serão transferidos 5 879 996,46 euros.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

1. Equilíbrio Orçamental

O POCAL consagra no ponto 3.1.1. o princípio do equilíbrio orçamental para as autarquias, ao estabelecer que o orçamento deve prever as receitas para cobrir as despesas, impondo uma mera igualdade contabilística. Obriga também a que as receitas correntes sejam, pelo menos, iguais às despesas correntes. De acordo com o art.º 40º da Lei 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI) foi determinado um novo equilíbrio orçamental a cumprir a partir de 2015, diferente do estipulado no POCAL (D.L. n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e posteriores alterações) e que tacitamente foi revogado quanto ao referido ponto 3.1.1.



Verifica-se que este equilíbrio foi cumprido em 2019 em termos orçamentais e de execução (receita cobrada/pagamentos), quer no momento inicial da sua aprovação, quer após modificações orçamentais. A “Regra do Equilíbrio Orçamental” foi cumprida se atendermos à Receita Corrente Cobrada, à Despesa Corrente paga e amortizações de empréstimos de MLP pagas até ao final do ano, conforme se demonstra no quadro seguinte:

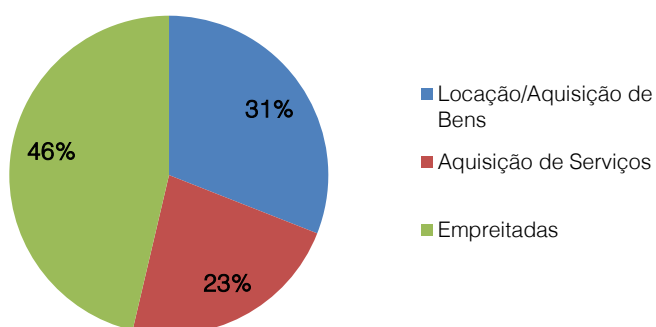
	2019	Receita Bruta Corrente Orçada (Ano) (1)	Despesa Corrente Orçada (Ano) (2)	Média das amortizações de Emp. MLP (3)	Diferença (1) ≥ (2) + (3)
Novo conceito de equilíbrio da RFALEI	Orçamento inicial	49 749 782,00 €	33 195 018,74 €	1 063 546,22 €	15 491 217,04 €
	Orçamento após Modificações Orçamentais	49 749 782,00 €	33 399 365,52 €	1 063 546,22 €	15 286 870,26 €
	2019	Receita Bruta Corrente Cobrada (Ano) (1)	Despesa Corrente paga (Ano) (2)	Amortizações pagas de Emp. MLP (3)	Diferença (1) ≥ (2) + (3)
Novo conceito de equilíbrio da RFALEI	Execução	33 671 904,32 €	24 294 024,27 €	1 063 546,22 €	8 314 333,83 €

2. Contratação Pública

A contratação pública é o instrumento legal de atuação do Município de Penafiel e de afetação dos seus recursos, e que regula, através do Código da Contratação Pública na sua atual redação, a formação e execução dos contratos públicos.

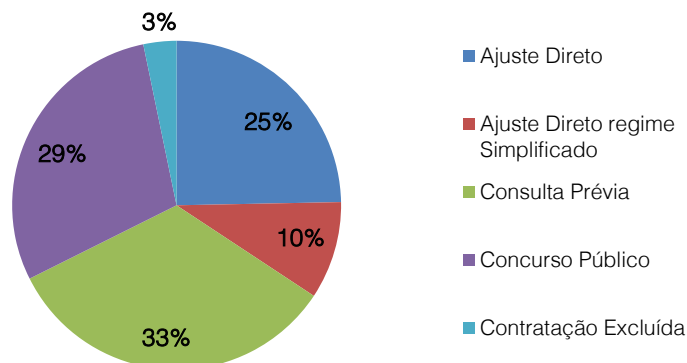
O Município de Penafiel, durante o ano de 2019, adjudicou, ao abrigo do CCP, 11.681.269,08 euros (informação retirada da aplicação CONTRATAÇÃO PÚBLICA - POCAL da Medidata). Neste valor estão incluídos todos os tipos de contratos precedidos de procedimentos de contratação pública.

No que diz respeito à tipologia de contratos regulados pelo Código da Contratação Pública, podemos classifica-los por: Aquisição de serviços, Locação ou aquisição de bens móveis e Empreitadas de obras públicas. Esta divisão está patente no gráfico abaixo.



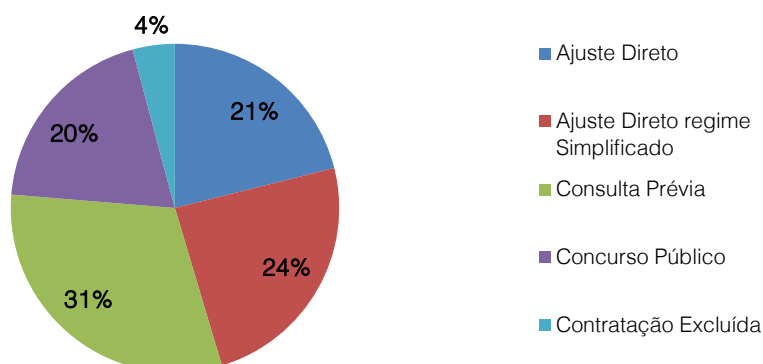


Relativamente ao tipo de procedimento que deram origem a estes contratos, podemos dividi-los em Ajuste Direto, Ajuste Direto Regime Simplificado, Consulta Prévia, Concurso Público e Contratação Excluída (Acordos Quadro).

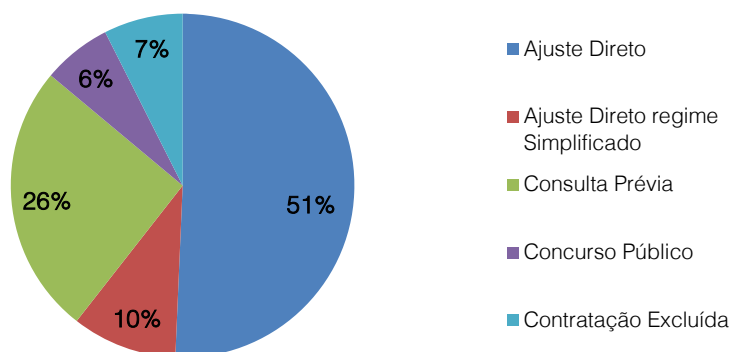


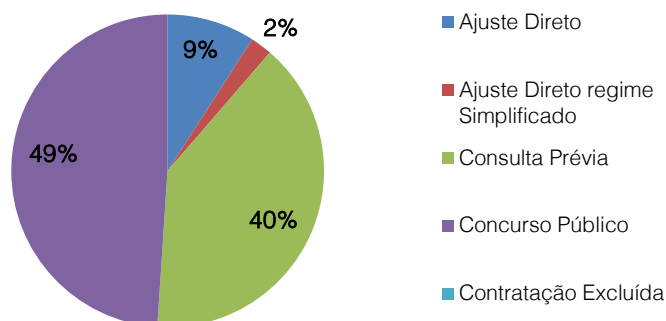
No que diz respeito ao cruzamento de tipos de contrato e tipos de procedimento adotados, temos a seguinte divisão:

Aquisição de Serviços



Locação/Aquisição de Bens



**Empreitadas****Execução Orçamental**

O saldo orçamental positivo dos recebimentos correntes mostra que a execução orçamental do exercício de 2019, para além de produzir meios suficientes para financiar as despesas correntes, cobriu ainda uma parcela das despesas de capital. Do valor das cobranças realizadas pelo município para terceiros – operações de tesouraria – provenientes da divergência entre os valores de recebimentos e pagamentos, verifica-se um saldo de 773.729,45 euros. O saldo das operações orçamentais fixou-se nos 153.422,86 euros.

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da gerência anterior	1 004 694,85	Despesas orçamentais	36 911 547,05
Execução orçamental	342 125,58	Correntes	24 294 024,27
Operações de tesouraria	662 569,27	Capital	12 617 522,78
Receitas orçamentais	36 722 844,33	Operações de tesouraria	2 193 462,25
Correntes	33 671 904,32	Saldo para a gerência seguinte	927 152,31
Capital	3 036 729,92	Execução orçamental	153 422,86
Outras	14 210,09	Operações de tesouraria	773 729,45
Operações de tesouraria	2 304 622,43		
Total	40 032 161,61	Total	40 032 161,61

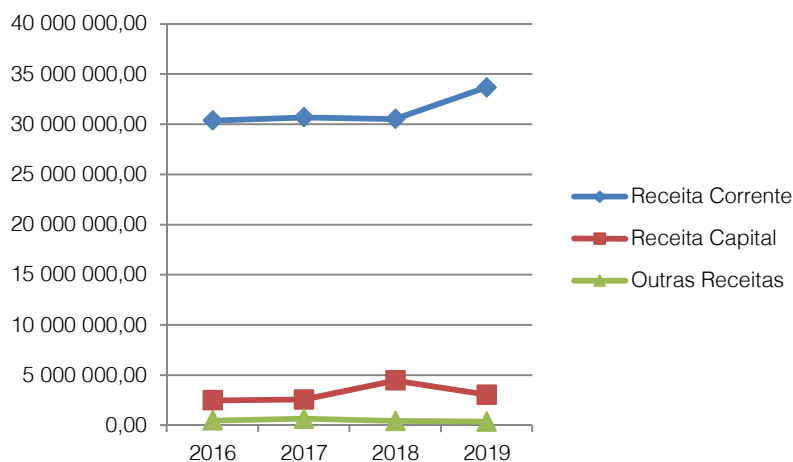
1. Evolução da Receita

No ano de 2019, a receita total subiu cerca de 5% em relação ao exercício anterior, o valor mais alto de execução dos últimos 4 anos. A taxa de execução total do orçamento da receita foi de 59,85%. A receita de corrente aumentou cerca de 10% em relação ao exercício anterior, atingindo uma taxa de execução na ordem dos 68%. A receita de capital diminuiu 31,8% comparativamente ao exercício de 2018, a sua execução fixou-se nos 26%.

	2016	2017	2018	2019
Receita Total	33 306 763,99	33 876 316,05	35 399 947,29	37 064 969,91
Receita Corrente	30 361 844,38	30 679 096,88	30 525 794,88	33 671 904,32
Receita Capital	2 472 832,55	2 553 694,85	4 456 013,42	3 036 729,92
Outras Receitas	472 087,06	643 524,32	418 138,99	356 335,67

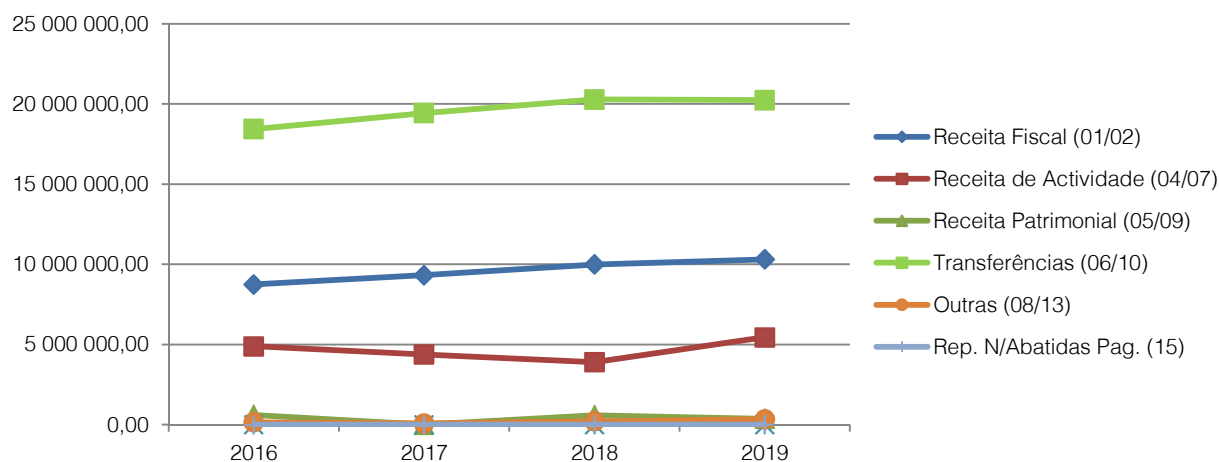


Evolução da Receita



Receita por grandes agregados

Receita por grandes agregados	2016	2017	2018	2019			Taxa Exec. (4/2)	Variação (4/1)-1
				Dotação	Liquidada	Cobrada		
				(1)	(2)	(3)		
Receita Fiscal	8 744 058,27	9 327 255,76	9 997 110,82	12 045 000,00	10 235 243,78	10 311 693,27	85,61%	3,15%
Receita de Actividade	4 894 124,52	4 382 496,08	3 902 183,86	12 479 500,00	5 857 055,41	5 446 871,91	43,65%	39,59%
Receita Patrimonial	607 343,00	1 000,00	589 453,41	62 500,00	370 236,30	370 236,30	592,38%	-37,19%
Transferências	18 438 813,98	19 437 912,12	20 282 902,57	33 976 500,00	20 368 113,18	20 238 591,15	59,57%	-0,22%
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00%	
Outras	150 337,16	84 127,77	210 157,64	2 516 000,00	341 241,61	341 241,61	13,56%	62,37%
Rep. N/Abatidas Pag.	3 783,14	1 919,39	6 223,66	5 000,00	14 210,09	14 210,09	284,20%	128,32%
Total	32 838 460,07	33 234 711,12	34 988 031,96	61 085 000,00	37 186 100,37	36 722 844,33	60,12%	4,96%





Receita Fiscal

Receita Fiscal	2016	2017	2018	2019			Taxa Exec.	Variação
				Dotação	Liquidada	Cobrada		
			(1)	(2)	(3)	(4)	(4/2)	(4/1)-1
Impostos Directos	8 706 962,02	9 296 798,35	9 955 153,17	11 850 000,00	10 192 671,39	10 192 671,39	86,01%	2,39%
IMI / Contrib. Autárquica	5 038 297,95	5 167 336,66	5 574 827,70	5 650 000,00	5 638 384,64	5 638 384,64	99,79%	1,14%
IMT / Sisa	1 191 159,53	1 637 237,86	1 841 753,96	2 550 000,00	1 766 137,58	1 766 137,58	69,26%	-4,11%
Imp. Único Circulação	1 344 699,47	1 455 326,37	1 559 907,72	2 000 000,00	1 658 160,34	1 658 160,34	82,91%	6,30%
Derrama	1 132 805,07	1 036 897,46	978 663,79	1 650 000,00	1 129 988,83	1 129 988,83	68,48%	15,46%
Impostos Indirectos	37 096,25	30 457,41	41 957,65	195 000,00	42 572,39	119 021,88	61,04%	183,67%
Mercados e Feiras	0,00	0,00	0,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Loteamento e Obras	0,00	0,00	0,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Ocup. Via Pública	1 315,40	1 240,67	3 015,60	15 000,00	3 077,80	3 063,52	20,42%	1,59%
Publicidade	19 667,27	12 698,63	22 016,33	75 000,00	21 436,85	21 099,12	28,13%	-4,17%
Outros	16 113,58	16 518,11	16 925,72	45 000,00	18 057,74	94 859,24	210,80%	460,44%
Total	8 744 058,27	9 327 255,76	9 997 110,82	12 045 000,00	10 235 243,78	10 311 693,27	85,61%	3,15%

Receita associada à actividade

Receita associada à actividade	2016	2017	2018	2019				Taxa Exec.	Variação
				Dotação	Receitas por cobrar início ano	Liquidada	Cobrada		
			(1)	(2)	(3)	(4)	(4/2)	(4/1)-1	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	922 526,44	1 003 403,79	826 459,98	5 406 000,00	1 029,45	1 386 901,02	1 352 392,27	25,02%	63,64%
Mercados e Feiras	139 169,25	135 514,96	136 828,55	950 000,00	0,00	157 714,11	157 714,11	16,60%	15,26%
Loteamento e Obras	547 553,51	492 391,98	505 336,20	1 800 000,00	47,37	960 336,67	960 305,55	53,35%	90,03%
Ocupação da Via Pública	15 895,69	13 803,82	11 677,24	250 000,00	24,48	12 752,75	12 701,31	5,08%	8,77%
Caça, uso e porte de arma	0,00	0,00	0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
Outros	138 445,70	137 025,49	125 704,71	1 955 000,00	73,80	224 120,62	189 694,45	9,70%	50,90%
Multas e Outras Penalidades	81 462,29	224 667,54	46 913,28	450 000,00	883,80	31 976,85	31 976,85	7,11%	-31,84%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3 971 598,08	3 379 092,29	3 075 723,88	7 073 500,00	580 831,49	4 470 154,39	4 094 479,64	57,88%	33,12%
Venda de Bens	31,88	15,15	46,40	25 000,00	1 512,09	32,69	32,69	0,13%	-29,55%
Serviços	2 125 379,84	1 774 036,37	1 898 500,02	3 848 500,00	577 375,18	2 621 176,75	2 606 675,64	67,73%	37,30%
Rendas	1 846 186,36	1 605 040,77	1 177 177,46	3 200 000,00	1 944,22	1 848 944,95	1 487 771,31	46,49%	26,38%
Total	4 894 124,52	4 382 496,08	3 902 183,86	12 479 500,00	581 860,94	5 857 055,41	5 446 871,91	43,65%	39,59%



Receita proveniente do património municipal

Receitas da alienação e administração do património Municipal	2016	2017	2018	2019			Taxa Exec. (4/2)	Variação (4/1)-1
				Dotação	Liquidada	Cobrada		
			(1)	(2)	(3)	(4)		
Rendimentos de Propriedade	0,00	0,00	1 315,04	61 500,00	0,00	0,00	0,00%	-100,00%
Venda de Bens de Investimento	607 343,00	1 000,00	588 138,37	1 000,00	370 236,30	370 236,30	37023,63%	-37,05%
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00%	
Total	607 343,00	1 000,00	589 453,41	87 500,00	370 236,30	370 236,30	423,13%	-37,19%

Receita de transferências

Transferências Correntes e de Capital	2016	2017	2018	2019			Taxa Exec. (4/2)	Variação (4/1)-1
				Dotação	Liquidada	Cobrada		
			(1)	(2)	(3)	(4)		
Transferências Obrigatórias	15 547 031,78	16 029 146,00	16 317 580,24	17 531 068,00	17 531 068,00	17 531 068,00	100,00%	7,44%
Fundos Comunitários	484 417,71	1 059 683,00	1 895 478,90	2 000 000,00	389 152,51	389 152,51	19,46%	-79,47%
Administração Central	2 242 146,65	2 124 377,27	1 517 821,99	5 545 765,00	1 849 035,53	1 845 080,53	33,27%	21,56%
Outras	165 217,84	224 705,85	552 021,44	8 899 667,00	598 857,14	473 290,11	5,32%	14,26%
Total	18 438 813,98	19 437 912,12	20 282 902,57	33 976 500,00	20 368 113,18	20 238 591,15	59,57%	-0,22%

Nos termos do n.º 2 do artigo 238.º da Constituição da República Portuguesa, o regime das finanças locais, estabelecido por lei, visa a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias locais e a necessária correção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau. A participação dos municípios nos impostos do Estado encontra-se definida na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais - RFALEI).

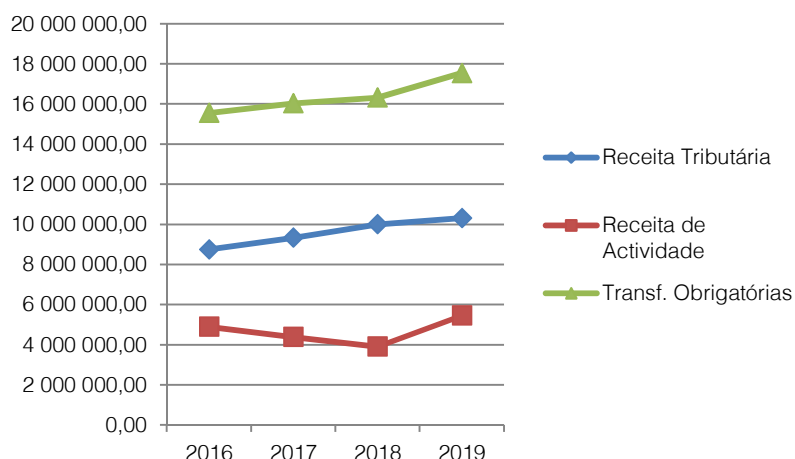
As transferências recebidas em 2019, correntes e de capital, subdividem-se em transferências obrigatórias do Orçamento de Estado e transferências provenientes de fundos comunitários, da administração central e outras.

Receita Estrutural

Receita Estrutural	2016	2017	2018	2019			Taxa Exec. (4/2)	Variação (4/1)-1
				Dotação	Liquidada	Cobrada		
			(1)	(2)	(3)	(4)		
Tributária	8 744 058,27	9 327 255,76	9 997 110,82	12 045 000,00	10 235 243,78	10 311 693,27	85,61%	3,15%
Actividade	4 894 124,52	4 382 496,08	3 902 183,86	12 479 500,00	5 857 055,41	5 446 871,91	43,65%	39,59%
Transferências	15 547 031,78	16 029 146,00	16 317 580,24	17 531 068,00	17 531 068,00	17 531 068,00	100,00%	7,44%
TOTAL	29 185 214,57	29 738 897,84	30 216 874,92	42 055 568,00	33 623 367,19	33 289 633,18	79,16%	10,17%



As receitas estruturais procedem dos recursos regulares e estáveis que o Município é capaz de gerar nos diferentes anos económicos. A receita estrutural, a 31 de Dezembro de 2019, totalizou 33,3 milhões de euros, uma subida de 10,17% em relação ao ano anterior, apresentando uma execução total de 79,16%.

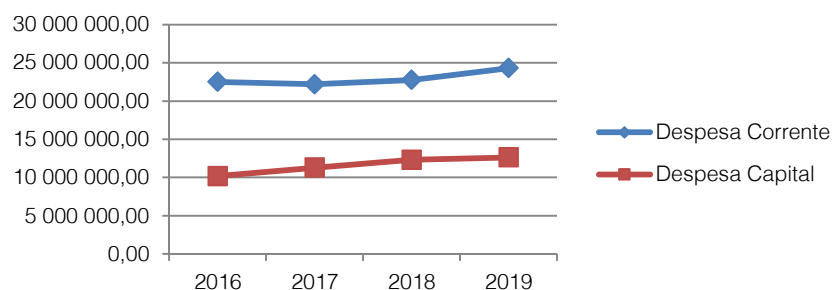


A análise aos quadros e gráficos evidência o elevado peso das Transferências do Orçamento de Estado no total das receitas da autarquia. Destaque ainda para a Receita Fiscal, nomeadamente os valores arrecadados referentes a impostos diretos (IMI, IMT, IUC e Derrama) e a Receita da Atividade, com relevância para a venda de serviços correntes (resíduos sólidos urbanos) e rendas.

1. Evolução da Despesa

Comparativamente ao exercício anterior, a despesa total em 2019 apresentou um aumento 5,29%, a taxa de execução global fixou-se nos 59,85%.

Despesas correntes e de capital	2016	2017	2018	2019				Variação
				Dotação	Compromisso	Execução	Tx. Execução	
Despesa Corrente	22 495 614,50	22 186 105,98	22 753 997,55	33 399 365,52	33 301 586,08	24 294 024,27	72,74%	6,77%
Despesa Capital	10 169 544,56	11 278 294,74	12 303 824,16	28 277 760,06	27 402 497,95	12 617 522,78	44,62%	2,55%
Total	32 665 159,06	33 464 400,72	35 057 821,71	61 677 125,58	60 704 084,03	36 911 547,05	59,85%	5,29%





Despesa Corrente

Despesa Corrente	2016	2017	2018	2019				Variação	
				Dotação	Compromisso	Execução	%	%	
Pessoal	10 584 605,08	10 342 066,91	11 022 233,69	12 382 292,34	11 895 019,53	11 685 455,08	94,37%	6,02%	
Aquisição Bens Serviços	9 046 620,82	9 296 546,11	9 179 387,69	16 961 415,00	17 679 941,46	9 704 595,45	57,22%	5,72%	
Enc. Correntes Dívida	144 837,71	110 294,34	82 526,43	63 005,24	57 538,78	57 538,78	91,32%	-30,28%	
Transferências Correntes	2 260 383,53	2 080 900,50	1 947 637,92	3 489 800,00	3 225 675,67	2 403 821,30	68,88%	23,42%	
Subsídios	0,00	0,00	0,00	6 000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
Outras	459 166,36	356 298,12	522 211,82	496 852,94	443 410,64	442 613,66	89,08%	-15,24%	
Total	22 495 613,50	22 186 105,98	22 753 997,55	33 399 365,52	33 301 586,08	24 294 024,27	72,74%	6,77%	

Despesa de Capital

Despesa Capital	2016	2017	2018	2019				Variação	
				Dotação	Compromisso	Execução	%	%	
Aquisição Bens Investimento	7 707 598,39	8 931 629,21	9 960 749,58	26 030 499,11	25 166 208,93	10 485 922,53	40,28%	5,27%	
Transferências de Capital	959 420,00	922 152,84	922 152,84	1 029 744,68	1 026 841,61	922 152,84	89,55%	0,00%	
Activos Financeiros	232 180,00	232 180,00	232 184,00	66 090,50	58 045,25	58 045,25	87,83%	-75,00%	
Passivos Financeiros	1 270 346,17	1 192 332,69	1 188 737,74	1 151 425,77	1 151 402,16	1 151 402,16	100%	3,14%	
Total	10 169 544,56	11 278 294,74	12 303 824,16	28 277 760,06	27 402 497,95	12 617 522,78	44,62%	2,55%	

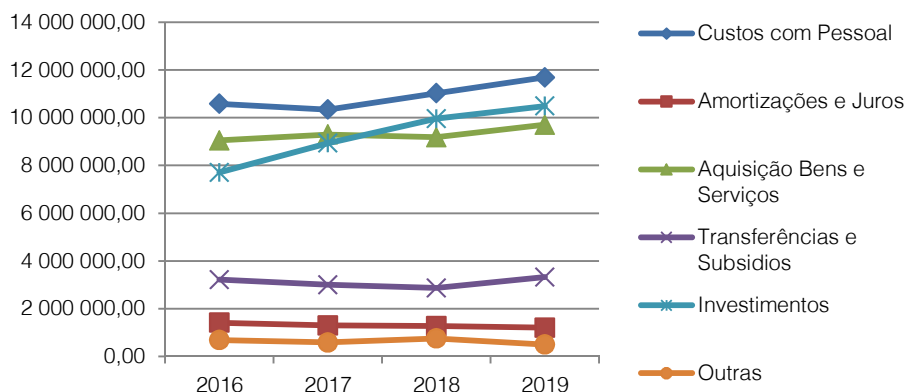
No período em análise, as despesas totais registaram crescimento na ordem dos 5,29%, atingindo os 36,9 milhões de euros. As despesas de investimento confirmam a tendência de crescimento registada nos exercícios em comparação, registando uma subida de 2,55%. A aquisição de bens e serviços correntes registou uma subida na ordem dos 5,7%, os custos com pessoal subiram cerca de 6%. As transferências e subsídios registaram um aumento na ordem dos 16%, os encargos da dívida diminuíram 4,9% em relação ao exercício anterior.

Despesas por grandes agregados

Despesa por grandes agregados	2016	2017	2018	2019				Var.	
				Dotação	Compromisso	Execução	%	%	
Custos com Pessoal	10 584 605,08	10 342 066,91	11 022 233,69	12 382 292,34	11 895 019,53	11 685 455,08	94,37%	6,02%	
Amortizações e Juros	1 415 184,88	1 302 627,03	1 271 264,17	1 214 431,01	1 208 940,94	1 208 940,94	99,55%	-4,90%	
Aquisição Bens e Serviços	9 046 620,82	9 296 546,11	9 179 387,69	16 961 415,00	17 679 941,46	9 704 595,45	57,22%	5,72%	
Transferências e Subsídios	3 219 803,53	3 003 053,34	2 869 790,76	4 525 544,68	4 252 517,28	3 325 974,14	73,49%	15,90%	
Investimentos	7 707 598,39	8 931 629,21	9 960 749,58	26 030 499,11	25 166 208,93	10 485 922,53	40,28%	5,27%	
Outras	691 346,36	588 478,12	754 395,82	562 943,44	501 455,89	500 658,91	88,94%	-33,63%	
Total	32 665 159,06	33 464 400,72	35 057 821,71	61 677 125,58	60 704 084,03	36 911 547,05	59,85%	5,29%	



Município de Penafiel



Despesas com o pessoal

Pessoal	2016	2017	2018	2019				Var.
				Dotação	Compromisso	Execução	%	%
Membros Órgão Autárquicos	255 088,33	256 140,59	312 639,36	288 988,15	285 871,47	285 871,47	98,92%	-8,56%
Pessoal do Quadro	4 994 753,42	5 150 753,67	5 271 309,70	6 398 894,02	6 314 645,61	6 314 645,61	98,68%	19,79%
Pessoal Contratado a Termo	572 524,48	404 604,37	429 926,55	0,00	0,00	0,00	0,00%	-100%
Pessoal em Qualquer Outra Situação	449 104,17	275 103,76	345 708,98	36 800,00	26 779,08	26 779,08	72,77%	-92,25%
Representação / Suplementos e Prémios	55 749,57	60 074,21	60 777,72	64 500,00	60 507,10	60 507,10	93,81%	-0,45%
Sub. Refeição + Sub. Férias e Natal	1 550 376,81	1 604 889,53	1 763 759,44	1 896 839,46	1 820 795,35	1 820 795,35	95,99%	3,23%
Remunerações por Doença e Maternidade / Paternidade	41 024,16	12 539,88	22 215,05	43 500,00	27 665,84	27 665,84	63,60%	24,54%
TOTAL DAS REMUNERAÇÕES CERTAS	7 918 620,94	7 764 106,01	8 206 336,80	8 729 521,63	8 536 264,45	8 536 264,45	97,79%	4,02%
Horas Extraordinárias	128 773,05	167 447,94	193 647,78	227 250,00	221 515,82	221 515,82	97,48%	14,39%
Ajudas de Custo	7 475,78	8 025,49	11 266,91	14 000,00	8 497,91	8 497,91	60,70%	-24,58%
Subsídio de Turno	100 026,60	93 445,09	97 384,69	114 450,00	103 719,74	103 719,74	90,62%	6,51%
Outros Abonos	35 007,84	63 954,97	90 325,44	48 500,00	39 635,86	39 635,86	81,72%	-56,12%
TOTAL ABONOS VAR. OU EVENTUAIS	271 283,27	332 873,49	392 624,82	404 200,00	373 369,33	373 369,33	92,37%	-4,90%
Encargos com Saúde	634 414,88	459 438,70	582 975,52	1 042 000,00	992 797,80	783 233,35	75,17%	34,35%
Subsídio Familiar Crianças e Jovens / Outras	47 093,41	45 021,76	36 648,47	55 000,00	38 942,47	38 942,47	70,80%	6,26%
Contribuições Seg. Social	1 713 192,58	1 740 626,95	1 803 648,08	2 151 570,71	1 953 645,48	1 953 645,48	90,80%	8,32%
TOTAL SEGURANÇA SOCIAL	2 394 700,87	2 245 087,41	2 423 272,07	3 248 570,71	2 985 385,75	2 775 821,30	85,45%	14,55%
TOTAL	10 584 605,08	10 342 066,91	11 022 233,69	12 382 292,34	11 985 019,53	11 685 455,08	94,37%	6,02%



Aquisição de Bens e Serviços Correntes

Aquisição de bens e serviços correntes	2016	2017	2018	2019				Variação	
				Dotação	Compromisso	Execução	%	%	
Aquisição de Bens	3 029 281,79	2 462 936,96	2 409 915,11	4 538 490,00	4 028 738,39	2 351 158,47	51,80%	-2,44%	
Aquisição de Serviços	6 017 339,03	6 833 609,15	6 769 472,58	12 422 925,00	13 651 203,07	7 353 436,98	59,19%	8,63%	
TOTAL	9 046 620,82	9 296 546,11	9 179 387,69	16 961 415,00	17 679 941,46	9 704 595,45	57,22%	5,72%	

Transferências

Transferências correntes e de capital	2016	2017	2018	2019				Var.	
				Dotação	Compromisso	Execução	%	%	
Administração Central	19 670,04	19 874,83	512,60	5 000,00	1 834,20	1 834,20	36,68%	257,82%	
Administração Local	397 642,61	176 734,24	189 880,32	632 000,00	531 239,57	229 135,78	36,26%	20,67%	
Instituições sem Fins Lucrativos	1 591 426,70	1 620 355,18	1 460 221,92	2 123 000,00	2 058 824,83	1 625 930,49	76,59%	11,35%	
Famílias	251 644,18	263 936,25	297 023,08	729 800,00	633 777,07	546 920,83	74,94%	84,13%	
Total das Transferências Correntes	2 260 383,53	2 080 900,50	1 947 637,92	3 489 800,00	3 225 675,67	2 403 821,30	68,88%	23,42%	
Administração Local	922 152,84	922 152,84	922 152,84	959 744,68	956 841,61	922 152,84	96,08%	0,00%	
Instituições Sem Fins Lucrativos	37 267,16	0,00	0,00	70 000,00	70 000,00	0,00	0,00%	0,00%	
Total Transferências de Capital	959 420,00	922 152,84	922 152,84	1 029 744,68	1 026 841,61	922 152,84	89,55%	0,00%	
TOTAL	3 219 803,53	3 003 053,34	2 869 790,76	4 519 544,68	4 252 517,28	3 325 974,14	73,59%	15,90%	

Despesas de Investimento

Despesas de Investimento	2016	2017	2018	2019				Var.	
				Dotação	Compromisso	Execução	%	%	
Terrenos	0,00	65 769,10	0,00	335 000,00	287 932,48	187 932,48	56,10%	100,00%	
Habitacões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
Edifícios	1 491 983,09	1 845 429,35	1 196 016,19	4 716 500,00	4 574 354,53	1 469 422,00	31,15%	22,86%	
Construções Diversas	5 359 623,20	6 009 800,80	5 641 051,23	16 754 730,00	16 348 435,53	6 737 873,63	40,21%	19,44%	
Material Transporte	0,00	40 096,98	106 769,05	190 000,00	183 884,98	159 531,00	83,96%	49,42%	
Equipamento Administrativo	100 275,68	120 612,98	101 828,33	102 500,00	91 233,02	22 531,06	21,98%	-77,87%	
Equipamento Básico	94 422,69	109 622,43	48 178,55	195 000,00	182 249,35	69 078,68	35,42%	43,38%	
Outros Investimentos	661 293,73	740 297,57	2 866 906,23	3 736 769,11	3 498 119,21	1 839 553,34	49,23%	-35,83%	
TOTAL	7 707 598,39	8 931 629,21	9 960 749,58	26 030 499,11	25 166 208,93	10 485 922,19	40,28%	5,27%	



Serviço da Dívida e Outros Encargos Financeiros

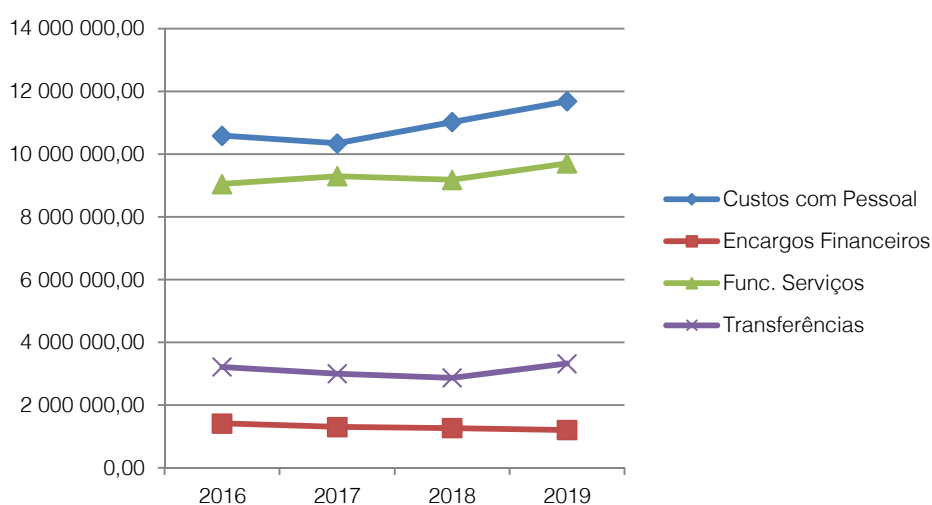
Operações Financeiras	2016	2017	2018	2019				Var. %
				Dotação	Compromisso	Execução	%	
Juros	144 838,71	110 294,34	82 526,43	63 005,24	57 538,78	57 538,78	91,32%	-30,28%
Empréstimos Bancários MLP	78 361,74	62 784,13	46 890,95	49 005,24	48 703,03	48 703,03	99,38%	3,86%
Outros Juros	66 476,97	47 510,21	35 635,48	14 000,00	8 835,75	8 835,75	63,11%	-75,21%
Amortizações Emp. MLP	1 270 346,17	1 192 332,69	1 188 737,74	1 151 425,77	1 151 402,16	1 151 402,16	100,00%	-3,14%
TOTAL	1 415 184,88	1 302 627,03	1 271 264,17	1 214 431,01	1 208 940,94	1 208 940,94	99,55%	-4,90%

Despesa estrutural

Despesa Estrutural	2016	2017	2018	2019				Var. %
				Dotação	Compromisso	Execução	%	
Custos com Pessoal	10 584 605,08	10 342 066,91	11 022 233,69	12 382 292,34	11 895 019,53	11 685 455,08	94,37%	6,02%
Encargos Financeiros	1 415 184,88	1 302 627,03	1 271 264,17	1 214 431,01	1 208 940,94	1 208 940,94	99,55%	-4,90%
Func. Serviços	9 046 620,82	9 296 546,11	9 179 387,69	16 961 415,00	17 679 941,46	9 704 595,45	57,22%	5,72%
Transferências	3 219 803,53	3 003 053,34	2 869 790,76	4 519 544,68	4 252 517,28	3 325 974,14	73,59%	15,90%
Total	24 266 214,31	23 944 293,39	24 342 676,31	35 077 683,03	35 036 419,21	25 924 965,61	73,91%	6,50%

As despesas estruturais correspondem ao conjunto dos gastos certos e regulares e/ou destinados ao cumprimento de obrigações legais.

Evolução da despesa estrutural





INDICADORES E RÁCIOS

Apresentam-se uma série de indicadores relativos ao cumprimento de equilíbrios legalmente exigidos, aos meios humanos e financeiros do Município, as medidas de eficácia e de eficiência da actuação municipal e a evolução comparativamente aos últimos exercícios:

Rácios de Gestão

Este tipo de rácios permite evidenciar a relação entre as receitas e despesas correntes e de capital, bem como o peso das despesas de pessoal na execução orçamental.

	2017	2018	2019
Despesas Correntes	72,32%	74,54%	72,15%
Receitas Correntes			
Despesas Capital	441,65%	276,12%	415,50%
Receita Capital			
Despesas com Pessoal	33,71%	36,11%	34,70%
Receitas Correntes			
Despesas com Pessoal	46,62%	48,44%	48,10%
Despesas Correntes			
Despesas com Pessoal	30,90%	31,44%	31,66%
Despesas Total			

Rácios de Investimento

O peso dos investimentos nas despesas, o valor médio dos mesmos por habitante e km².

	2017	2018	2019
Investimento	79,19%	80,96%	83,11%
Despesa capital			
Investimento	26,69%	28,41%	28,41%
Despesa Total			
Investimento	127,45	142,14	149,09
População			
Investimento	42082,69	46931,54	49405,97
Área do Município			

Rácios de Equilíbrio Curto Prazo

Para análise do equilíbrio de curto prazo procedeu-se à avaliação dos rácios de Liquidez que visam medir a razoabilidade dos níveis de tesouraria, sendo que o mais utilizado é o rácio de liquidez geral. Este rácio dá-nos a relação entre os ativos em dinheiro (ou facilmente convertíveis em dinheiro) com o montante que será exigível a curto prazo.



	2017	2018	2019
Ativo Circulante	8,53%	11,34%	17,42%
Passivo Circulante			
Disponibilidades	4,43%	5,98%	8,72%
Passivo Circulante			

Sustentabilidade

Nos indicadores de solvabilidade, um valor muito baixo pode indiciar elevada fragilidade económico-financeira. Quanto mais elevado for este rácio, maior a estabilidade financeira. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

	2017	2018	2019
Fundos próprios	196,35%	211,24%	244,56%
Passivo			
Ativo Líquido	296,35%	311,24%	344,56%
Passivo			
Fundos próprios	66,26%	67,87%	70,98%
Ativo Líquido			

Endividamento

Os indicadores de endividamento relacionam as origens de recursos entre si, retratando a posição entre Fundos Próprios e capital alheio. Indicam o grau de dependência em relação ao capital alheio.

	2017	2018	2019
Passivo	33,74%	32,13%	29,02%
Ativo Líquido			
Dividas MLP	4,66%	4,17%	3,68%
Ativo Líquido			
Dividas CP (sem acres. e dif.)	11,16%	8,86%	5,79%
Ativo Líquido			

NOTAS FINAIS

Apesar de ainda não se terem verificado impactos materiais na sua actividade, o Município de Penafiel está a acompanhar a evolução da situação do vírus Covid-19 a nível local e nacional, com vista a tomar atempadamente as medidas que se afigurem necessárias para minimizar o impacto do vírus Covid-19, visando:

- Salvar a vida e a saúde dos trabalhadores através de aconselhamento preventivo eficaz sobre cuidados de saúde e disponibilização de informação e meios de protecção adequados;



Município de Penafiel

- Preparar a resposta operacional e manter os serviços essenciais em funcionamento; e
- Minimizar os efeitos nas actividades municipais e preparar o rápido restabelecimento do normal funcionamento.

Dada a informação existente até ao momento acerca da severidade da pandemia e a incerteza quanto à extensão temporal das medidas preventivas que o Governo entretanto tomou, nomeadamente da situação de estado de emergência, é extremamente difícil quantificar, com um razoável grau de confiança, os impactos financeiros associados. O Município irá continuar a monitorizar a ameaça e as suas implicações na sua actividade.

Considera-se ainda que o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras, se mantém apropriado. De acordo com as normas contabilísticas, este evento foi considerado um evento subsequente não ajustável.